

# Ex-paciente transforma gratidão em apoio no CAPS II de Paraíso

página 7

Divulgação



Ex-paciente agora é voluntária no cuidado às pessoas que precisam de apoio psicossocial

**Prefeitura apresenta projeto de Centro Especializado em Saúde e Educação para Neurodivergentes e Ambulatório de Especialidades**

página 6

**Paraíso Futsal estreia com vitória na LIDARP 2026**

página 7

**Homem que matou filha por xixi no chão é encontrado morto em presídio**

página 6

**Polícia Rodoviária apreende mais de 1 kg de crack na MG 050**

página 7



**Sicoob Nossocrédito encerra 2025 com NOVO RECORDE de 53 milhões em resultado bruto**  
(SOBRAS LÍQUIDAS + JUROS AO CAPITAL + FATES)

Veja Balanço nas páginas 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18



**Adolescente é apreendido após ameaçar ataque a escola em vídeo no TikTok**

página 20

**Enormes buracos no Jd. São José continuam gerando reclamações**

página 20

**M** IMOBILIARIA EDITERRANÉE  
Planejamento, valorização e visão de futuro.

Seguimos transformando São Sebastião do Paraíso. **Construindo Histórias Felizes**  
Rua Pinto Ribeiro Nº635 (35) 98862-2676 CRECI-J.3432

Centro Médico 24h  
CENTRO MÉDICO Unimed 24h

Espaço Viver Bem

Ala Santa Casa

Laboratório Unimed

**Unimed**  
A maior e mais completa estrutura de atendimento para você.

☎ 3539-8400 📞 98853-9851

unimedssp unimedssp  
unimedssp unimedssp  
www.unimedssp.coop.br

DNV 80300

**Unimed** S. S. do Paraíso

**Libertas** FACULDADES INTEGRADAS

**João Cardoso** Aluno de Direito

**Maria Eduarda** Aluna de Odontologia

**TRANSFORMANDO SONHOS EM CARREIRAS**

**#VEMSERLIBERTAS**

**VESTIBULAR LIBERTAS 2026**

Inscreva-se em [www.libertas.edu.br](http://www.libertas.edu.br)

**CURTAS**

**POSSE**

A sessão ordinária da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso desta segunda-feira deverá ser marcada pela posse do suplente de vereador Tomás Salviano Martins, que passa a ocupar a cadeira deixada por José Luiz das Graças, falecido no mês de fevereiro. A convocação do suplente ocorre conforme os trâmites regimentais após a comunicação oficial do óbito e a formalização do processo junto à Justiça Eleitoral.

**RECOMPOSIÇÃO**

Além da posse do novo integrante do Legislativo, a reunião também terá como pauta a recomposição de algumas comissões permanentes da Casa. Os vereadores deverão deliberar sobre o preenchimento de vagas remanescentes nas comissões de Educação e Saúde e de Viação e Obras Públicas, colegiados responsáveis por acompanhar e emitir parecer sobre projetos e matérias relacionadas a essas áreas.

**COMISSÃO DE ÉTICA**

Outro item previsto na ordem do dia é a reorganização da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, com a escolha de um novo presidente para o colegiado. Também deverá ser definido um vereador suplente para integrar a comissão, garantindo a regularidade de sua composição e o pleno funcionamento dos trabalhos regimentais da Câmara.

**MAGISTÉRIO**

Está na pauta da sessão desta segunda-feira da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso a análise do projeto de lei, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre o reajuste dos valores dos vencimentos dos profissionais do magistério público da educação básica no município. A proposta tem por objetivo adequar os salários da categoria ao piso salarial profissional nacional, conforme determinação federal.

**FAVORÁVEL**

O texto já recebeu parecer favorável da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação, mas ainda aguarda manifestação da Comissão de Educação e Saúde. Somente após a emissão desse parecer é que a matéria poderá seguir para apreciação e votação em plenário.

**ERRAMOS**

Na edição de quarta-feira, 11, nota aqui nas Curtas, publicamos que o lançamento do Fórum Lixo e Cidadania numa parceria da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Agropecuário e Crescimento Sustentável, em parceria com a Associação de Reciclagens, Recicla Paraíso, e apoio do Ministério Público de Minas, seria no dia 11 de maio. Na realidade o evento ocorreu na última quarta-feira, 11 de março.

**NOVAS EMPRESAS**

Minas Gerais encerrou o primeiro bimestre de 2026 com 22.396 novas empresas em todas as regiões do estado. Somente em fevereiro, foram registradas 11.267 constituições de negócios. Nos dois primeiros meses do ano, o setor de serviços concentrou a maior parte das empresas abertas, com 17.171 formalizações, o que representa 76% do total. Na sequência aparecem o comércio, com 4.276 novos negócios (19%), e a indústria, com 948 registros (4%). Os dados integram o relatório mensal de registros mercantis produzido pela Junta Comercial de Minas Gerais.

**MEMÓRIA PARAIENSE**

No dia 15 de março de 1928, falece o juiz Dr. Luiz Sanches de Lemos, causando profunda consternação em toda a população paraisense. O comércio fechou as portas, e a bandeira nacional ficou hasteada a meio mastro em homenagem fúnebre, nos prédios públicos. Seu nome ficou inscrito no nome da cidade. (Do Livro Efemérides Paraisenses)

**OPINIÃO**

**Pequeno gesto de permanência**

TIO FLÁVIO

No registro do lar, seu nome está escrito Elizabeth, mas ela gosta mesmo de ser chamada de Bebete. Aos 75 anos, diz que o corpo anda reclamando demais. Doem as costas, os joelhos, às vezes as mãos, ainda mais nos dias de frio. Falta ânimo para algumas coisas simples do dia, como caminhar até o jardim ou permanecer muito tempo numa roda de conversa. A perda de vigor parece entristecê-la. Quando alguém tenta consolá-la dizendo que aquilo é consequência de uma vida inteira de trabalho, ela responde, com certa impaciência, que sempre escuta essa explicação. Em seguida comenta que as pessoas dizem isso para evitar falar a palavra que realmente pensam: velhice. A sua fala não me parece rabugenta, mas marcada com uma lucidez quase desconcertante.

Nos últimos meses comecei a perceber que Bebete estava diferente: andava mais cabisbaixa, interagia menos com os outros moradores, bebia pouca água e comia quase nada. Aquela lentidão não parecia apenas cansaço físico. Comentei com as cuidadoras que ela parecia estar entrando numa tristeza mais profunda, porque andava mais calada, com pouca vontade de interagir.

Elas disseram que estavam observando, já que mudanças assim às vezes aparecem devagar e nem sempre é fácil entender, no começo, o que realmente está acontecendo.

Num dia em que fui visitar a instituição, Bebete estava no quarto. A luz da manhã atravessava a cortina clara e fazia um desenho no chão. Aproximei-me da cama e perguntei se podia segurar sua mão. Ela respondeu com um leve movimento de cabeça. Ficamos ali algum tempo enquanto eu contava histórias simples do cotidiano, dessas que não mudam o mundo, mas ajudam a ocupar o silêncio. Ela falava pouco. O olhar parecia passear entre o presente e algum lugar distante que só ela reconhecia.

Sempre me impressiona perceber como, em certos momentos da vida, algumas pessoas passam a caminhar mais pelos corredores da própria memória do que pelos acontecimentos do dia. As lembranças parecem ganhar espaço, como se fossem quartos antigos que voltam a ser visitados.

Alguns dias depois, quando voltei ao lar, havia no ar aquele silêncio que dispensa explicações. Bebete havia partido. Entre os poucos objetos que ficaram no quarto havia um livro de cabeceira que ela tinha pedido que fosse entregue a mim. Quando o abri, encontrei uma flor seca marcando uma página. A imagem tinha algo de delicado e definitivo ao mesmo tempo, como se aquela flor tivesse permanecido ali apenas para guardar uma pequena história.

Essas situações costumam me fazer lembrar de uma expressão que aparece com frequência nas conversas: memórias afetivas. O termo parece sofisticado, mas descreve algo muito simples. São lembranças que ficam guardadas na mente, associadas a alguns objetos, preservadas nos cheiros, nas músicas e nos pequenos rituais do cotidiano. Um perfume antigo, uma canção que toca no rádio ou uma flor deixada dentro de um livro podem guardar pedaços inteiros da vida sem fazer muito alarde.

Na margem da página havia uma anotação a lápis, escrita com letra trêmula: "Fui tarde começar a aprender a importância do desapego. Devia ter amado sem ter querido possuir".

Uma palavra chamava atenção. O verbo "querido" estava escrito com uma cor diferente.

Fiquei olhando aquilo por algum tempo. A língua portuguesa guarda pequenas coincidências curiosas. "Querer" é verbo de desejo, de posse, de tentativa de segurar algo. Mas dentro dele, com imaginação sensível, também se pode ler o adjetivo "querido", que é afeto, proximidade e cuidado.

A flor seca dentro do livro parecia repetir a mesma lição silenciosa. Guardada ali, preservava uma lembrança, mas já não era a flor viva de antes. As memórias afetivas funcionam um pouco assim. Elas não trazem o passado de volta, mas mantêm acesa a parte dele que continua habitando em nós. A flor que Bebete deixou dentro daquele livro talvez fosse apenas um marcador de página. Ainda assim, ficou como um pequeno gesto de permanência, desses que continuam falando mesmo depois que a pessoa já seguiu o seu caminho.

Tio Flávio Palestrante, professor e criador do movimento voluntário Tio Flávio Cultural. (Hoje em Dia 13/03/2026)

**ESCOLA**

Ensino fundamental foi criado  
À época imperial promulgado  
D. Pedro I, o então imperador,  
E por Decreto, com o louvor:

No Brasil, o ensino elementar,  
Crianças: ler, escrever, contar,  
Cada lugarejo, vila, ou cidade,  
O ensino com acessibilidade!

Que esse decreto permaneça  
Que seu objetivo não feneça,  
A escola, como porto seguro,  
Alicerce do presente, futuro!

O espaço onde toda criança  
Concretize a sua esperança.  
Onde obter o conhecimento  
Solidificar desenvolvimento!

Para seu estudo prosseguir  
Com elemento para evoluir  
Da escola, nunca se evadir.  
Fé em Deus, para progredir!

Em 15 de março de 1827,

“D. Pedro I, decretou o “Ensino Elementar no Brasil.

(Maria Amélia Leal)  
Escrivã aposentada, professora, advogada  
São Sebastião do Paraíso - Minas Gerais

**• APC •  
MULHER**

Mulher, a mão que balança o berço. Um espelho de luzes e saudades. A comemoração mantém viva a esperança de um mundo onde as pessoas se amem e se respeitem estamos aqui graças a elas que nos conceberam.

A mulher é uma obra do Criador e uma presença constante em nossos corações. Juventude, mocidade, saudades, lembranças vem e vão.

Faça um diálogo mental com Deus, comece agradecendo. Amar o semelhante é algo novo, que vale a pena e faz a

diferença. A falta de afetividade é a maior crise que já enfrentamos em toda nossa existência. A violência de feminicídios esmaga nossos princípios, assola a humanidade. Enxergue o semelhante com os olhos da alma! Ouça com o coração. Sinta florescer a esperança no seu coração e dos que estão nos nossos caminhos e no mal caminhos de suas vidas.

LAÉRCIO FELICIO DA SILVA  
Membro Efetivo da Academia  
Paraisense de Cultura

**FALECIMENTOS**

- 07/03 - Vandeir de Assis Andrade, 59 anos
- 08/03 - Mathias Gael de Moura Silva,
- 10/03 - Maria Myrthis Caleiro, 89 anos
- 10/03 - Noe Bonifácio, 90 anos
- 12/03 - Terezinha da Conceição, 93 anos
- 13/03 - Rejane Maria Lopes, 47 anos
- 13/03 - Euripedes Potenciano, 84 anos

**Coluna Espírita**

**O essencial não é o que parece**

O essencial não será tanto o que reténs. É o que dás de ti mesmo e a maneira como dás. Não é tanto o que recebes. É o que distribuis e como distribuis.

Não é tanto o que colhes. É o que semeias e para que semeias.

Não é tanto o que esperas. É o que realizas.

Não é tanto o que rogas. É o que aceitas. Não é tanto o que reclamas.

É o que suportas e como suportas. Não é tanto o que falas. É o que sentes e como sentes. Não é tanto o que perguntas.

É o que aprendes e para que aprendes. Não é tanto o que aconselhas. É o que exemplificas.

Não é tanto o que ensinas. É o que fazes e como fazes. Em suma, na vida do Espírito - a única vida verdadeira - o essencial não é o que parece.

O essencial será sempre aquilo que é.

A mensagem nos abre a compreensão para o que mais importa em nossos dias. Será que temos focado, colocado as nossas mais preciosas energias naquilo que é realmente essencial?

Não que o restante não tenha sua importância, mas, quando usamos a palavra essencial, estamos nos referindo à essência, àquilo que nos conecta à essência de nós mesmos, ao mais importante de tudo.

Prioridades. Num mundo que, segundo dizemos, nos pede tanto, nos exige que cumpramos tantos papéis ao mesmo tempo, nunca foi tão importante que estabeleçamos prioridades.

Falar, então, do essencial, é buscar as prioridades.

Muitas vezes, na busca de atender aquilo que é supérfluo, secundário e até dispensável na existência, estamos deixando de lado algo essencial. Pensemos num exemplo

bastante pertinente nos dias de hoje: a dificuldade que têm os pais em saber o que dizer aos filhos, nas lições a transmitir, nos ensinamentos.

Pais querem ser professores à moda antiga, fazendo os filhos se sentarem em carteiras escolares, em frente a quadros negros, com o giz da autoridade nas mãos, escrevendo ali o que devem e não devem fazer.

Entretanto, o essencial não está no que ensinamos pela palavra, mas pelos exemplos. E nesse item: como estão os nossos exemplos dentro e fora de casa?

Como nós, pais e mães, como casais, como nos tratamos? Como somos como filhos? Como tratamos nossos pais, irmãos, a família?

Que comportamento apresentamos no grupo social em que estamos inseridos? O que trazemos para casa nos comentários sobre a vida dos outros? O que fazemos pelo próximo?

Eis o essencial! Eis o que nossos filhos levarão para sempre em seus corações: os exemplos.

O essencial será sempre aquilo que é, e não o que parece ser. Em tempos de vidas expostas em fotos que mostram realidades incompletas; em tempos de sorrisos e lágrimas fabricados para chamar a atenção, vale a pena pensar sobre o que é essencial em nossa vida.

Tudo que está ligado à vida do Espírito, que é a vida essencial, a vida que não se destrói, que não se esquece com o tempo.

Busquemos a nossa essência. Busquemos a essência da experiência na Terra e tenhamos a certeza de que nossa encarnação está valendo a pena.

(Redação do Momento Espírita, com base no cap. 43, do livro Caminho Espírita, por Espíritos diversos, psicografia de Francisco Cândido Xavier, ed. IDE)

**EXPEDIENTE**  **Jornal do Sudoeste**

BISSEMANÁRIO DE CIRCULAÇÃO REGIONAL

Filiado ao SINDIJORI (Sindicato dos Proprietários de Jornais do Interior de Minas Gerais)

GRÁFICA E EDITORA DR LTDA. CNPJ: 05.336.514/0001-36

Rua Célia, 25 - Vila Irmãos Bello - Fone: (35) 3531.1897

CEP: 37950-106 / São Sebastião do Paraíso - MG

e-mail: contato@jornaldosudoeste.com.br e vendas@jornaldosudoeste.com.br

homepage: www.jornaldosudoeste.com.br

Editor e Diretor Responsável: Nelson de Paula Duarte - MT 08199

REGISTRADO NO CARTÓRIO DE TÍTULO E DOCUMENTOS REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS SOB Nº 20 DO LIVRO B1 FOLHAS 024.

DIAGRAMAÇÃO: Vasco Caetano Vasco

Impressão: GRÁFICA E EDITORA VALE DO FLAMBOYANT LTDA.

Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, 485 - Lagoinha - Ribeirão Preto - SP

Textos assinados são de responsabilidade de seus autores e não refletem, necessariamente, a opinião do jornal.

Revista **expressão** Livre



SCANEIE O QR CODE E ACESSE:

www.revistaexpressaolivre.com.br



ACISSP  
news



## OPORTUNIDADE ÚNICA PARA CONQUISTAR SEU IMÓVEL!

As melhores ofertas de imobiliárias, construtoras e lojas do setor te esperam no Feirão de Imóveis!

# 08, 09 E 10 DE ABRIL

DURANTE A

**FETEC**  
**AGRO2026**  
Feira Tecnológica do Agronegócio da Região de Paraíso

Unimed S. S. do Paraíso, TONIN, AMPARA Assessoria Médica e Odontológica

Apresentam uma campanha feita para premiar você!

# COMPRA DA SORTE

ACISSP | CDL

- 1 Lava e Seca - 1 Robô Aspirador
- 1 Smartphone - 2 Smartwatches
- 2 Cervejeiras - 2 Kits Limpa Carro - 1 Playstation
- 3 Tablets - 2 Bicicletas - 1 Bicicleta Elétrica
- 1 Notebook - 1 Smart TV 85"
- 1 iPhone 17 Pro Max
- 5 Kits Skincare e mais de R\$ 46.000 em vales-compra

### ATENÇÃO EMPRESÁRIO FAÇA SUA INSCRIÇÃO

CAMPANHA GRATUITA PARA ASSOCIADOS

Confira o regulamento em nosso site: [www.acissp.com.br](http://www.acissp.com.br)

Available on the iPhone App Store |ANDROID APP ON Google play

APÓIO:

CARDIESEL LUBRIFICANTES, Oficina dos Tintas, CENTRO MÉDICO ROSA (ressonância magnética, ultrassom, densitometria óssea)

Começou a campanha Compra da Sorte ACISSP CDL! Uma iniciativa que chegou para valorizar o comércio local e presentear você.



**ELITE**  
academia

**UM NOVO CONCEITO EM MUSCULAÇÃO**

FAÇA PARTE DO TIME ELITE. AGENDE SUA AULA EXPERIMENTAL GRÁTIS !!

AV. MONSENHOR MANCINI N-668 (35) 35318437 @ELITEACADEMIA\_SSP

# 10 Anos JOEL NA BALADA



instagram.com/joelnabaladaoficial/

facebook.com/joelnabaladaoficial

## Ela em Foco - a força e a beleza da mulher em destaque

Em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, a sede da ACISP - Associação Comercial e Industrial de São Sebastião do Paraíso foi palco de um evento marcante: a abertura da exposição fotográfica "Ela em Foco", a 17ª mostra do talentoso fotógrafo William Jackson.

A exposição trouxe retratos cheios de sensibilidade e significado, evidenciando a essência, a força e a singularidade de cada mulher homenageada. Cada fotografia contou uma história - histórias de vida, de superação, de dedicação e de protagonismo feminino em nossa cidade.

Homenageadas, familiares e convidados que prestigiaram esse momento de reconhecimento e valorização da mulher paraense foram recebidas com bem elaborado coquetel. O clima foi de celebração, carinho e admiração.

Parabéns pela iniciativa e pela belíssima exposição. Sem dúvida, uma noite especial que ficará marcada na agenda cultural de São Sebastião do Paraíso.




**CARAMELO DE CREATINA**  
na DrogaRede Ana Terra

Tomar creatina nunca foi tão gostoso!  
O Caramelo de Creatina é a forma mais prática e saborosa de turbinar seus treinos, sem açúcar e com todo o poder que seu corpo precisa.  
Mais que um suplemento: uma experiência que une sabor e resultado.

SABORE DESEMPENHO EM CADA DOSE!

Centro: (35) 9977-0439  
R. Pimenta de Pódua, 1364 - Centro  
Mocquinhã: (35) 9955-8772  
Av. Angelo Catalani, 615 - Mocquinhã  
Mangubaço: (35) 3539-4004  
Av. Angelo Catalani, 3033 B - Mocquinhã



**MATSUDA**

REPRODUÇÃO, LANCHES, LEMBRANÇAS

#grupomatsuda www.matsuda.com.br



**MELHORAMOS AO EXTREMO**

Nosso hambúrguer mudou, agora feito 100% Carne Angus

+QUALIDADE +SABOR +SUCULENTO

EXPERIMENTE AGORA os novos hambúrguers da Abraza

**ABRAZA**  
Lanches



**dada** supermercado

OFERTAS EXCLUSIVAS VIA WHATSAPP 98712-4143

OFERTA ESPECIAL QUINTA MAIS

REDE SOCIAIS

Av. Oliveira Rezende, 500  
São Sebastião do Paraíso - Minas Gerais



**STRUTURAL**  
Vidros e Esquadrias

ESQUADRIA EM PVC  
VIDRO TEMPERADO  
ESQUADRIA EM ALUMÍNIO

Venha conhecer nosso showroom!  
(35)3531-8405  
Rua Cel. José Francisco de Paula, 95  
Pq. Industrial I



instagram.com/joelnabaladaoficial/ facebook.com/joelnabaladaoficial

## Inauguração Império Motors

No sábado, 7 de março, foi preparado um café da manhã especial para clientes, amigos e parceiros do empresário Jayme Menossi, que ao lado da esposa Thaynara Marques, da filha Thassyana Beatriz e do pai Ivan Menossi, celebrou a chegada da Império Motors.

A loja chega com uma proposta moderna, oferecendo um espaço amplo e confortável,

com veículos selecionados que vão desde modelos populares até importados da linha premium, todos com qualidade e procedência garantidas.

Jayme, que vem de uma tradição familiar no ramo automobilístico e já atua ao lado do pai, Ivan Menossi, preparou um novo conceito para atender São Sebastião do Paraíso e re-

gião, proporcionando uma experiência diferenciada aos clientes, com atendimento personalizado e modelos exclusivos.

A Império Motors representa qualidade, confiança e procedência na hora de adquirir seu veículo.

A loja está localizada na Rua Santa Luzia, 978 e com o telefone 35998449780

FOTOS: Joel na Balada




UaiRango

OS MELHORES ESTABELECIMENTOS DE DELIVERY DA CIDADE ESTÃO NO UAIRANGO

BATEU A FOME? BAIXE AGORA!

App Store Google Play




**CANTIERI**

QUEM ENTENDE DE CONSTRUÇÃO FAZ BEM FEITO COM A CANTIERI.

www.cantieri.com.br



**SACOLÃO CENTER**

35 3531 5539 35 3531 1684

Alimentação saudável Qualidade de vida!

Rua Gedor Silveira, 27 - Centro - São Sebastião do Paraíso - MG

sacolaocenteparaiso Sacolão-Center-Paraiso sacolaocenteparaiso.com.br



ESTÚDIO **FOTOCENTER**

Weddings

AVENIDA ITÁLIA - 1200

(35) 99877-8630 JUCELINO (35) 99833-7817 WALDEMAR (35) 99756-2938 JOZI

@JUCELINO.DIAS STUDIO FOTOCENTER



**Ouro Verde Tênis Clube**

AQUI SUA VIDA É MAIS SAUDÁVEL!



**Somos a Avolovers! Apassionados por abacates!**

Conheça nossa linha de cosméticos desenvolvida com o mais puro azeite de abacate. Rico em vitaminas: E, A, Omega e Antioxidantes. O azeite de abacate é o principal ingrediente dos nossos produtos! Sinta sua pele protegida e hidratada!

Avonida Angélica Calafiori, 448 São Sebastião do Paraíso - MG www.avolovers.com.br @avolovers



Proteger quem a gente ama é nosso melhor investimento!

**SOSEG SEGUROS** DECE 1966

SEGURO DE VIDA SEGURO AUTOMÓVEL SEGURO RESIDÊNCIA SEGURO EMPRESA

EM NOVO ENDEREÇO

RUA DR. PLACIDINO BRIGAGÃO, 1.480 - CENTRO SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG (35) 3531-3604

## Polícia Rodoviária apreende mais de 1 kg de crack na MG 050



Durante operação antidrogas, realizada pela Polícia Militar Rodoviária na rodovia MG-050, na altura do km 400, os militares abordaram um veículo Nissan Versa conduzido por um homem de 36 anos. Debaixo do banco foi encontrado uma barra de crack.

Ao ser solicitado a apresentar os documentos obrigatórios de porte, o motorista demonstrou nervosismo, o que despertou suspeita por parte da equipe policial. Diante da situação, foi realizada busca pessoal no condutor, porém nada de ilícito foi encontrado. Na sequência, durante vistoria no interior do veículo, os policiais localizaram uma barra de substância seca de coloração amarelada, análoga ao

crack, pesando aproximadamente 1,050 quilo, escondida debaixo do banco dianteiro do lado direito.

Questionado pelos militares, o condutor relatou que teria recebido a quantia de R\$ 1 mil para transportar a droga da cidade de Ribeirão Preto (SP) até o município de Passos.

Diante dos fatos, foi dada voz de prisão ao suspeito, que foi conduzido juntamente com o entorpecente apreendido até a 4ª Delegacia Regional de Polícia Civil de São Sebastião do Paraíso.

O veículo utilizado no transporte da droga foi apreendido e encaminhado para pátio credenciado ao Detran, ficando à disposição das autoridades para as providências cabíveis.

## Adolescente é apreendido após ameaçar ataque a escola em vídeo no TikTok

A Polícia Civil de Minas Gerais apreendeu um adolescente de 16 anos suspeito de ameaçar realizar um atentado em uma escola após publicar um vídeo nas redes sociais. A ação foi conduzida por equipes da Delegacia Regional de Ipatinga, com apoio do 18º Departamento de Polícia Civil, sediado em Poços de Caldas.

De acordo com informações da corporação, na terça-feira (10), por volta das 16h45, o chefe do 18º Departamento, delegado Marcos Pimenta, recebeu um alerta do Centro de Inteligência da Polícia Civil em Belo Horizonte sobre a iminência de um possível ataque a uma escola no sul de Minas. O aviso foi gerado a partir de monitoramento da rede social TikTok.

Inicialmente, a suspeita era de que a ameaça estivesse relacionada a uma escola na cidade de Guaxupé. Diante da informação, o delegado regional acionou forças de segurança locais, incluindo Guarda Municipal e Polícia Militar, que realizaram vistorias preventivas em escolas do município. Enquanto isso, o setor de inteligência do 18º Departamento analisava os dados obtidos no TikTok e identificou alteração no endereço de IP utilizado para a postagem. A investigação indicou que o responsável pelo vídeo poderia estar na cidade de Ipatinga.

Com a nova informação, a delegada regional de Ipatinga, Talita Martins Soares, mobilizou investigadores que se deslocaram até o endereço identificado. No local, os policiais foram recebidos pela mãe do adolescente, que ao tomar conhecimento do conteúdo do vídeo reconheceu prontamente se tratar de seu filho e autorizou a entrada da equipe.

O jovem confirmou ser o

autor do vídeo. Ele abriu a mochila e entregou aos policiais o simulacro de uma pistola do tipo Glock utilizado na gravação, além das luvas que aparecem nas imagens.

Segundo a Polícia Civil, no vídeo divulgado em uma live no TikTok, o adolescente aparece nas proximidades de uma escola portando a réplica da arma e afirmando que atiraria contra estudantes ao final das aulas. O próprio jovem relatou que fez a postagem por volta das 15h40 e alegou que se tratava de uma "brincadeira".

Durante a operação foram apreendidos o celular do adolescente, o simulacro da arma, um computador, roupas utilizadas na gravação e outros objetos relacionados ao caso. As vestimentas que ele usava no momento da abordagem eram as mesmas do vídeo.

Ainda conforme a polícia, o simulacro continha inscrições como "Kebab", "Destro-yer" e "Brenton Tarrant", referências associadas a ideologias extremistas, supremacistas e a ataques terroristas ocorridos no exterior.

Diante da gravidade da situação e da caracterização de flagrante, o adolescente foi apreendido e conduzido, acompanhado de um familiar, ao plantão da 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil em Ipatinga. Ele foi colocado à disposição do Ministério Público e do Poder Judiciário para as providências previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A Polícia Civil destacou que a rápida atuação das equipes permitiu identificar o autor da ameaça e evitar qualquer risco à comunidade escolar.

A corporação também reforçou a importância da vigilância dos pais sobre o uso de redes sociais pelos filhos, alertando para possíveis influências provenientes de ambientes virtuais.

## Prefeitura apresenta projeto de Centro Especializado em Saúde e Educação para Neurodivergentes e Ambulatório de Especialidades

Na tarde desta sexta-feira (13), o prefeito de São Sebastião do Paraíso, Marcelo Moraes, participou de uma reunião para apresentar e protocolar junto ao presidente da Câmara Municipal, Lisandro José Monteiro, o projeto de implantação de um Centro Especializado em Saúde e Educação para Neurodivergentes, além de um Ambulatório de Especialidades, que funcionará no prédio da antiga Policlínica. A reunião contou com a participação de vereadores e representantes da imprensa.

Durante o encontro, Moraes explicou que o processo para viabilizar a utilização do imóvel ocorreu após a aquisição de terrenos que permitiriam a realização de uma permuta envolvendo o prédio da Policlínica, sem gerar custos para o município. Segundo ele, em conversa com os proprietários, ficou acertado que a troca seria efetivada desde que o imóvel fosse entregue com todas as melhorias necessárias para a implantação dos serviços.

O prefeito destacou ainda que o local possui um histó-



co importante ligado à saúde pública no município, o que reforça a proposta de retomar a vocação do espaço para a área da saúde. O projeto contempla a implantação de um espaço voltado à saúde e à educação, além de incluir bloco cirúrgico e sala de recuperação, possibilitando a realização de alguns procedimentos que atualmente enfrentam dificuldades de contratação ou execução.

De acordo com Moraes, parte desses serviços será terceirizado, especialmente em

especialidades médicas que hoje apresentam escassez de profissionais, como cardiologia, reumatologia, entre outras áreas ambulatoriais. A iniciativa também busca ampliar a capacidade de atendimento em procedimentos que hoje não conseguem ser realizados no ambulatório municipal ou que encontram limitações na rede hospitalar.

Na parte inferior do prédio, a proposta prevê a criação de um Centro de Saúde e Educação Complementar voltado para

crianças neurodivergentes, com atendimento a crianças com autismo, TDAH e outras condições. O prefeito ressaltou que o serviço terá caráter complementar e não pretende competir com instituições já existentes no município, como APAE, AMA e outras entidades.

"Nosso objetivo é somar forças e ampliar o atendimento às famílias. Entraremos para a história do município com esse serviço", afirmou Moraes, destacando ainda que a estrutura poderá se tornar referência no país no atendimento especializado.

Moraes também ressaltou que a iniciativa dá continuidade a projetos iniciados no começo do mandato, com o objetivo de aproximar os serviços de saúde da população e ampliar o acesso aos atendimentos especializados. Ao final da reunião, o prefeito convidou os participantes para realizarem uma vistoria no prédio, permitindo que conhecessem de perto a estrutura e as condições do local onde o projeto deverá ser implantado.

## Homem que matou filha por xixi no chão é encontrado morto em presídio

Condenado a mais de 33 anos de prisão, detento foi localizado sem vida em cela no Complexo Penitenciário de Carmo do Paranaíba; crime ocorreu em Monte Santo

Por Ralph Diniz

O homem que matou a própria filha de 5 anos em Monte Santo, em 2023, foi encontrado morto na manhã desta quarta-feira, 12, dentro de uma cela no Complexo Penitenciário Nossa Senhora do Carmo, em Carmo do Paranaíba (MG). Ele havia sido condenado a mais de 33 anos de prisão.

De acordo com informações iniciais, internos do Pavilhão B acionaram policiais penais após perceberem que o preso Adrian Juliano Martins Herculano, de 24 anos, estava desacordado na cela 13. A equipe de intervenção foi até o local e constatou que ele já não apresentava sinais vitais aparentes.

A cela foi isolada para preservação do local e realização dos trabalhos periciais. Os dois detentos que dividiam a cela com ele foram encaminhados para isolamento e deverão prestar esclarecimentos sobre o ocorrido. A perícia técnica da Polícia Civil esteve na unidade prisional para realizar os levantamentos iniciais. Após os procedimentos, o corpo foi encaminhado ao Instituto Médico Legal (IML). O caso será investigado pela Delegacia de Polícia Civil de Carmo do Paranaíba.

**CRIME CHOCOU O PAÍS**  
Adrian Juliano Martins Herculano havia sido conde-



Adrian Juliano Martins Herculano foi condenado a 33 anos, 4 meses e 24 dias de prisão pelo assassinato da filha

nado pelo assassinato da própria filha, Mirelly, de 5 anos, crime ocorrido em 12 de janeiro de 2023, na residência da família em Monte Santo de Minas.

Segundo as investigações, Adrian afirmou ter ficado "transtornado" após a criança urinar no chão e em suas roupas. À época, ele chegou a dizer que havia desferido um soco na menina para repreendê-la, contudo, ela teria batido a cabeça na parede.

Porém, o laudo pericial indicou que a menina sofreu múltiplas fraturas, evidenciando que as agressões foram muito mais graves do que a versão inicial apresentada pelo autor. Após constatar a morte da criança, o homem enrolou o corpo da filha em um cobertor e o transportou até uma área de mata de difícil acesso na zona rural do município, na região da estrada da Jacuba. No local, ele ateou fogo ao corpo da menina e o escondeu sob galhos

e pedras. Após o crime, ele e a namorada permaneceram foragidos por alguns dias. As buscas começaram após o desaparecimento da criança ser comunicado às autoridades. Cinco dias depois do crime, Adrian se apresentou à Polícia Civil, confessou o assassinato e indicou o local onde havia ocultado o corpo. Ele foi preso preventivamente logo após o depoimento. Na época, a namorada também foi detida por suspeita de conivência e auxílio na ocultação do cadáver.

O julgamento ocorreu em 5 de dezembro de 2023, durante sessão do Tribunal do Júri. O conselho de sentença reconheceu quatro crimes no caso. O réu foi condenado por homicídio qualificado — por motivo fútil, meio cruel e recurso que impossibilitou a defesa da vítima — além de tortura, ocultação de cadáver e vilipêndio a cadáver. A pena fixada foi de 33 anos, 4 meses e 24 dias de prisão, em regime fechado.

A namorada do acusado, que responde por participação na ocultação do corpo, obteve o direito de aguardar os desdobramentos do processo em liberdade desde julho de 2023. Agora, a Polícia Civil deverá apurar as circunstâncias da morte do detento dentro da unidade prisional.

## PM recupera caminhonete roubada após ação conjunta entre Minas e São Paulo

Uma ação integrada entre a Polícia Militar de Minas Gerais e a Polícia Militar do Estado de São Paulo resultou na recuperação de uma caminhonete roubada e na prisão de um suspeito. A ocorrência teve desdobramento na rodovia Altino Arantes (SP-351), no km 40, nas proximidades do município de Altinópolis (SP).

Na noite de terça-feira, por volta das 23h, equipes do Tático Móvel do 43º Batalhão da

Polícia Militar receberam informações de que uma caminhonete Chevrolet S10 branca, roubada anteriormente em Minas Gerais, havia passado pelo perímetro de São Sebastião do Paraíso.

Diante das informações, os militares iniciaram diligências e acompanharam o deslocamento do veículo, que seguiu em direção ao Estado de São Paulo. Com o apoio da Polícia Militar paulista, foi montado um cerco que pos-

sibilitou a interceptação do automóvel já na rodovia Altino Arantes.

Durante o acompanhamento, o veículo foi localizado transitando em alta velocidade. Após alguns quilômetros de perseguição, as equipes conseguiram realizar a abordagem, sendo identificado um homem de 30 anos na condução da caminhonete.

Consulta ao sistema policial confirmou que o veículo era produto de roubo ocorrido

no dia 10, por volta das 16h30, no município de Itatiaiuçu (MG). O condutor foi preso em flagrante pela Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Como a abordagem ocorreu em território paulista, o registro da ocorrência e os procedimentos legais ficaram sob responsabilidade da Polícia Civil do Estado de São Paulo. A caminhonete foi apreendida e deverá ser posteriormente restituída ao proprietário.

# Ex-paciente transforma gratidão em apoio no CAPS II de Paraíso

Artista Beatriz Augusto superou crises de ansiedade e pânico com acompanhamento da unidade e hoje retorna ao espaço para desenvolver atividades com os assistidos

Por Ralph Diniz

A história de Beatriz Augusto, a Bia, mostra como o cuidado em saúde mental pode mudar trajetórias e reconstruir vínculos. Ex-paciente do CAPS II de São Sebastião do Paraíso, ela chegou à unidade em meio a uma forte crise de ansiedade e pânico, recebeu acompanhamento multiprofissional, teve alta e, desde então, manteve a ligação com o serviço. Hoje, volta ao espaço não mais como paciente em tratamento, mas como alguém que oferece apoio, acolhimento e atividades artísticas aos assistidos.

Artista visual, Bia conta que procurou o CAPS após orientação recebida na unidade de saúde. Segundo ela, o atendimento foi decisivo para sua recuperação. “Eu cheguei ao CAPS para fazer o tratamento. Eu tive uma crise de ansiedade, uma crise de pânico muito forte. Fui orientada e vim para cá. Comecei o tratamento, passei pelo psiquiatra e tive alta”, relata.

Ela destaca que a melhora veio de forma rápida graças ao modelo de atendimento oferecido na unidade, baseado em uma abordagem multidisciplinar. “O CAPS tem esse tratamento com muitos profissionais trabalhando em volta de

você para você melhorar. A minha melhora foi muito rápida. Se eu não tivesse vindo para o CAPS, eu não teria melhorado”, afirma.

Mesmo após a alta, Bia decidiu continuar frequentando o espaço. Segundo ela, o vínculo construído com a unidade passou a fazer parte de sua rotina e do próprio processo de fortalecimento emocional. “Eu até entendo que não venho aqui para colaborar. É o CAPS que colabora comigo, porque se tornou uma extensão do tratamento. Toda vez que venho para cá, eu me sinto melhor”, diz.

Além de manter esse contato, ela passou a desenvolver um trabalho junto aos usuários por meio da arte. Para Bia, a produção artística pode contribuir positivamente no cuidado em saúde mental por estimular criatividade, respiração, expressão e convivência. “Eu venho visitar, porque eles se tornaram meus amigos. Acredito muito que a arte agrega positivamente nos tratamentos. Aqui a gente pode trabalhar criatividade e liberdade”, afirma.

A artista também relata que sua trajetória no CAPS abriu caminhos para outros projetos. Segundo ela, sua produção artística ganhou visibilidade em ações ligadas à saúde mental e



Bia e os amigos do CAPS II durante uma oficina de pintura em grupo

chegou até Ribeirão Preto. Dessa vivência nasceu também um livro escrito por ela, no qual aborda a ansiedade, o tratamento e a importância de procurar ajuda sem medo.

Ao falar sobre o estigma que ainda recai sobre os serviços de saúde mental, Bia defende mais respeito e informação. Para ela, o CAPS precisa ser visto como um espaço de cuidado e acolhimento, e não como alvo de preconceito. “O CAPS não é lugar de louco, não é lugar de brincadeira. É um

lugar que deve ser respeitado. As pessoas não devem ter medo de procurar ajuda quando estão sentindo ansiedade, depressão ou outros sofrimentos mentais”, afirma.

Ela lembra ainda que já enfrentou outros desafios de saúde, como um tratamento oncológico, e diz que essa vivência reforçou sua percepção sobre a importância da empatia. “A gente tem que ter respeito por todos”, resume.

A coordenadora do CAPS II, Camila Barbosa Caetano,

explica que a unidade atende pessoas com transtornos mentais moderados e graves e trabalha com uma equipe multiprofissional. Segundo ela, o diferencial do serviço está justamente na diversidade de olhares e abordagens adotadas no acompanhamento dos pacientes. “O tratamento aqui não é focado só no médico ou só no psicólogo. É uma equipe multidisciplinar, com vários olhares, para melhor atender a necessidade de cada um”, destaca.

Para a profissional, histórias como a de Bia são uma demonstração concreta dos resultados alcançados pela unidade. “Para a gente é satisfatório demais ver a melhora, a reinserção da pessoa na sociedade e na vida, voltando à rotina. E depois ainda ver essa gratidão e a vontade de retribuir de alguma forma. Isso é muito gratificante”, afirma.

Camila também ressalta que o CAPS funciona com acolhimento de porta aberta. Segundo ela, qualquer pessoa ou familiar que perceba a necessidade de atendimento pode procurar diretamente a unidade. Após o acolhimento inicial, a equipe avalia cada situação e faz o encaminhamento mais adequado, seja dentro do próprio CAPS ou para outro ponto da rede, em casos de menor complexidade. “A pessoa não precisa de nada. É só chegar que vai ser acolhida e atendida. A partir da demanda, a gente direciona para o tratamento específico”, explica.

Ainda sobre o caso de Bia, Camila enfatiza que a história da artista simboliza, na prática, “o que significa o cuidado em saúde mental: acolher, tratar, reinserir e manter abertas as portas para que o vínculo com a vida também seja retomado”.

## Paraíso Futsal estreia com vitória na LIDARP 2026

Equipe bateu Guaraniésia por 3 a 1, nesta quarta-feira (11), na Arena João Mambrini



Divulgação

Atual campeão da LIDA RP (Liga Desportiva do Alto Rio Pardo), o Paraíso Futsal estreou na competição com vitória, ao bater a equipe de Guaraniésia nesta quarta-feira (11), na Arena João Mambrini, pelo placar de 3 a 1.

Todos os gols da partida foram anotados no primeiro tempo, com Allan, Gylherme “Jack” e Caio “Coruja” sendo os autores dos gols paraenses.

O Paraíso Futsal está no grupo B da LIDARP, junto com São Batista da Glória, que venceu também nesta quarta a equipe de Muzambinho por 6 a 1, em jogo também realizado na Arena João Mambrini. No grupo ainda estão Juruaia e São Pedro da União, da qual o time de Juruaia saiu vencedor na estreia, também pelo placar de 3 a 1.

Paraíso volta à quadra no próximo dia 25 de março, numa quarta-feira, às 21h, na Arena João Mambrini, para enfrentar São Pedro da União na segunda rodada.

### O JOGO

Com apenas um minuto de jogo, Allan cortou dois marcadores e, de direita, abriu o marcador para Paraíso. Em seguida, Guaraniésia perdeu a bola e, por pouco, Paraíso não marcou o segundo, com o defensor salvando o chute em cima da linha. Paraíso era quem dominava as ações do jogo, já que o time visitante mal conseguia ficar com a posse da bola. Não demorou muito e Caio “Coruja” recebeu na entrada da área e chutou no canto para ampliar o marcador paraense. Com pouco mais de cinco minutos jogados, o técnico Jefferson “Barbino” já iniciava a rotação da equipe, uti-

lizando o banco de reservas. Guaraniésia conseguiu descontar após bate e rebate na área paraense. Guaraniésia tentava surpreender o 17 com bolas nas costas de Paraíso, já que a equipe utilizava a marcação alta, tentando roubar a bola na quadra do adversário.

Na reta final da primeira etapa, Barbino optou pela volta da equipe que iniciou a partida e surtiu efeito imediato, com Gylherme “Jack” anotando o terceiro. Allan ainda teve a oportunidade de marcar o quarto gol, ao roubar a bola no meio da quadra e arrancar, mas a finalização foi na rede do lado de fora.

Na etapa final, Paraíso voltou na segunda etapa, marcando muito forte na quadra do adversário, e causou alguns perigos com poucos minutos jogados. Guaraniésia também adotou o goleiro-linha, mas pouco conseguia causar perigo ao Paraíso. O risco foi alto por parte da equipe visitante, ao perder algumas posses de bola no meio da quadra, e com Paraíso quase ampliando o marcador. Na segunda etapa, o time diminuiu um pouco o ritmo, já que os visitantes pouco assustavam o gol defendido por Paraíso. Em duas oportunidades, Paraíso ainda chegou a acertar a trave do gol adversário.

“Começamos o ano jogando a LIDARP contra Guaraniésia, uma preparação para a Metropolitana, que é um campeonato de um nível maior. Vencemos por 3 a 1, deu para rodar bastante o elenco e tem muita coisa para melhorar, primeiro jogo da temporada, mas começar com o pé direito é muito importante — analisou o técnico Jefferson “Barbino”.

## “Fórum Lixo e Cidadania” é realizado no Parque da Serrinha

A Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Agropecuário e da Secretaria de Desenvolvimento Social, realizou nesta quarta-feira, 11, o “Fórum Lixo e Cidadania”, no Parque da Serrinha. O evento teve como objetivo promover o diálogo e fortalecer as ações voltadas à gestão de resíduos sólidos no município.

O encontro contou com a presença do Ministério Público, representado pela promotora Luciana Bretas, além da equipe da CIMOS, instituição que presta apoio ao Ministério Público. Também participaram representantes do curso técnico de Logística da Escola Estadual Paula Frassinetti, representantes da sociedade civil, empresas parceiras da coleta seletiva, a Libertas Faculdades Integradas, a UFLA – campus São Sebastião do Paraíso – e a Associação Recicla, entidade parceira da Prefeitura no pro-



ASSCOM/Prefeitura

grama de coleta seletiva.

O Fórum foi proposto como um espaço de diálogo e articulação entre o poder público, associações, instituições de ensino, empresas e a sociedade civil. A iniciativa busca fortalecer as políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos, incentivar a reciclagem, promover a responsabilidade com-

partilhada e estimular a construção coletiva de soluções para os desafios da gestão de resíduos.

Cerca de 60 pessoas participaram do encontro, conforme registrado na lista de presença. Durante o evento, os participantes apresentaram sugestões, dúvidas e contribuições voltadas especialmente à

melhoria da coleta seletiva e ao fortalecimento da reciclagem no município.

Entre os temas discutidos estiveram a importância do trabalho dos catadores de materiais recicláveis e do envolvimento da população para o sucesso da coleta seletiva, além da apresentação de dados sobre a limpeza urbana e a reciclagem em São Sebastião do Paraíso. Também foram abordados o funcionamento do sistema de coleta seletiva e os números relacionados ao serviço no município.

A realização do Fórum Lixo e Cidadania representa um passo importante para a organização e o fortalecimento das ações ligadas aos resíduos sólidos, à cidadania e à sustentabilidade, contribuindo para que São Sebastião do Paraíso avance na construção de uma cidade cada vez mais limpa e consciente.

## Sicredi reforça protagonismo no agronegócio durante a Femagri

Durante a Femagri, em Guaxupé, cooperativa irá destacar soluções de crédito, investimentos e financiamento com taxas especiais para apoiar a inovação e a produtividade no campo

Na Femagri, que ocorre de 18 a 20 de março em Guaxupé/MG, o Sicredi estará presente reforçando seu papel como parceiro estratégico dos produtores rurais. Com mais de 10 milhões de associados e mais de 3 mil agências em todo o Brasil, o Sicredi se consolida como a maior instituição financeira privada no fomento ao agronegócio, apoiando o desenvolvimento sustentável do setor.

Durante o evento, os associados e visitantes poderão conhecer de perto as soluções financeiras pensadas especialmente para o campo. Entre os destaques está a poupança do Sicredi, que além de ser uma aplicação segura e sólida, rende mais por meio da distribuição de resultados, contribuindo diretamente para o fortalecimento do agronegócio e da economia local.

“A poupança do Sicredi é um exemplo de como o cooperativismo transforma recursos em desenvolvimento,



Reprodução

Entrega de veículo financiado por associado do Sicredi durante a Femagri 2025

Além da segurança e da solidez para o rendimento do dinheiro, ela permite que o associado participe dos resultados e ajude a fomentar o crescimento do agronegócio e da região onde está inserido”,

destaca Vander Souza Dias, assessor de Negócios Agro do Sicredi.

A cooperativa também apresenta condições atrativas para financiamento de veículos, além de um portfólio com-

pleto de crédito rural, que possibilita ao produtor investir em máquinas e equipamentos, drones, fertilizantes, sistemas de irrigação, energia fotovoltaica e outras tecnologias que impulsionam a produtividade e a eficiência no campo. O Sicredi ainda opera diversas linhas de crédito BNDES, ampliando as alternativas de financiamento para diferentes perfis e necessidades do produtor rural.

“Nosso papel é estar ao lado do produtor em todas as fases do seu negócio, oferecendo crédito, orientação e soluções financeiras que apoiem o investimento, a inovação e a sustentabilidade no campo. Com um modelo cooperativo sólido e focado no desenvolvimento regional, o Sicredi reafirma, na Femagri, seu compromisso com a segurança, a solidez e o crescimento sustentável do agronegócio brasileiro”, reforça Vander.

Fabiana do Prado Sánchez

•CRÔNICA•  
**Conversa de homem**

Colagem Conversa de Homem - Marília Nogueira



Eu queria tanto escrever sobre outra coisa. O Brasil no Oscar este ano. A criação do Espaço Comare. O Fórum Municipal de Lixo e Cidadania. Meu vício em chocolate. Qualquer coisa. Mas não dá. Mais uma vez, a realidade me arrasta para o mesmo assunto: a vida de mulheres e meninas que vale muito pouco em nosso país.

Uma adolescente de 17 anos foi estuprada por cinco homens em um apartamento em Copacabana. Um dos homens se entregou à polícia vestindo uma camiseta com frase do movimento redpill: *regret nothing*. Não se arrepende de nada. A ficção de *O Conto da Aia* nunca pareceu tão próxima.

Temos as delegacias da mulher, a Lei Maria da Penha, o 180. Um aparato de enfrentamento muito mais robusto do que tínhamos há vinte anos. Por que a violência contra a mulher não diminuiu e em alguns casos, como o estupro, até aumenta?

Percebo duas causas. A primeira é a falta de prevenção. Não a prevenção da medida protetiva, mas algo que vem bem mais cedo: a educação de nossos meninos. Um homem misógino já foi um menino reprodutivo, muitas vezes sem entender, ideias machistas aprendidas em casa, na escola,

na internet, nos grupos de amigos.

A segunda é a ausência dos homens nessa conversa. Cada vez que um homem ri de uma piada misógina, compartilha um meme que humilha mulheres ou se cala diante da violência de um amigo, ele ajuda a sustentar uma cultura que trata mulheres como objetos e não como indivíduos.

Existe hoje um projeto de lei que pretende criminalizar discursos misóginos associados a movimentos como o redpill, que espalham o desprezo às mulheres no ambiente online. É um debate importante e necessário. Mas nenhuma lei será suficiente se os homens continuarem tratando a misoginia como brincadeira, exagero ou "bobagem da internet".

Mais importante do que qualquer projeto de lei é que os homens tomem para si essa luta. Que comecem a reagir aos discursos misóginos naturalizados em grupos de WhatsApp, vestiários e mesas de bar.

Não façam isso por suas mães, irmãs, filhas e amigas. Façam por todas as mulheres e por vocês mesmos, se desejam viver em um mundo menos brutal.

Com mais homens nessa conversa, quem sabe um dia me sobre mais tempo para falar de arte, cinema e chocolate.

Marília Nogueira



• Especiais cumprimentos ao jornalista **RALPH DINIZ**, que comemora idade nova, neste sábado, dia 14.

**ANIVERSARIAM:**

• **Sábado dia 14**, Luciene Mambrini, Célia Duarte, professora Vilma Mião, o músico Rogério Brow.

• **Domingo dia 15**, Marlene Montans, Carine Silva Carvalho Castro, Francisco Landi. Em São Paulo o músico paraense Antônio Lobato. O ex-prefeito de Jacuí, David de Souza Miranda.

• **ALICE EUCLIDES CAETANO** completa sete anos, dia 16. Filha muito querida de Thiago Caetano da Silva e Thais Moraes Euclides Caetano.

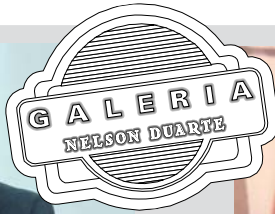
• **Dia 16**, Riane Frizelli, Wandilson Bicego, o Juiz de Direito, Dr. Osvaldo Medeiros Neri, Flávio, Augusto de Paula.

• **Dia 17**, Luizinho Moura, Adélia Maria Paschoini, Maurício Campos Gonçalves, Marco Túlio Busti Souza, Cleiton Carvalho, Marlete Pannaci.

• **Dia 18**, Fátima Simoni Soares, professor José Wilson Amaral, Alessandro Luiz Soares, Fabiano Felix, Luciene Queiroz. Em Belo Horizonte, Maria Calzavara.

• José Antônio Pedrosa, empresário, agropecuarista, ex-prefeito de Arceburgo, aniversária no dia 18.

• **Dia 19** o engenheiro Dr. Álvaro Abrão Filho, Zé Renato Figueiredo, Claudio Passagem, Maria Leticia Gonçalves Firmino.



• Parabéns às gêmeas **SILVIA** e **SILVANA** Pádua pelo aniversário em 18 de março. Desejamos a elas, muitas felicidades, saúde, paz e alegria.



• O empresário **Jorge Antônio Pimenta** comemora seu natalício entre familiares e amigos, neste domingo dia 15.

• A coluna parabeniza o atuante **VEREADOR MARCOS ANTONIO VITORINO (MARÇÃO)** que muda de idade no dia 20.

**TURMA DE 1972**



Este mês de março temos celebrações entre os integrantes da Turma de 1972 do então Tiro de Guerra 04-156 - atual TG 04-025 de São Sebastião do Paraíso, pelos aniversários:

- 20/03 - Atirador 110, Sebastião de Souza NAVES
- 23/03 - Atirador 56, José Luiz BONACINI
- 23/03 - Atirador 57, José Márcio COLOMBAROLI
- 27/03 - Atirador 101, Roberto BORGES de Souza

**SEMPRE-SUDOESTE/MG @ IN-FORMAÇÃO**

**Sindicato pede apoio de vereadores para impedir a retirada de auxílio-alimentação de trabalhadores contratados**

*Proposta do Executivo pode retirar benefício de 1.186 trabalhadores; emenda apresentada pela vereadora Daiane Andrade busca manter o direito previsto na Lei nº 3.184/2005*

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião do Paraíso - Sempre Sudoeste acompanha com preocupação a tramitação do Projeto de Lei nº 5.820/2026, de autoria do Executivo Municipal, que propõe alterações na Lei que autoriza contratos temporários pelo Município e altera também a legislação referente ao pagamento do auxílio-alimentação aos servidores públicos.

Entre as mudanças previstas está a revogação do parágrafo único da Lei Municipal nº 3.184/2005, dispositivo que atualmente garante a extensão do auxílio-alimentação também aos servidores contratados temporariamente pelo município. Caso a proposta seja aprovada como apresentada, esses trabalhadores deixarão de receber o benefício.

A medida pode afetar diretamente 1.186 servidores contratados, que hoje recebem R\$ 350,00 mensais de auxílio-alimentação. Caso a revogação seja confirmada, o valor deixará de constar no holerite desses trabalhadores.

Outro ponto que chama a atenção é que no mês de fevereiro houve reajuste no valor do auxílio-alimentação, medida que foi recebida com entusiasmo pelos servidores municipais. Muitos trabalhadores comemoraram o aumento do benefício, considerando o impacto positivo na renda mensal. No entanto, poucos imaginavam que no mês seguinte seria encaminhado à Câmara um projeto prevendo justamente a retirada do auxílio para os servidores contratados, o que gerou surpresa e desespero entre os trabalhadores.

Diante da possibilidade de retirada do benefício, membros da diretoria do Sindicato Sempre Sudoeste participaram da reunião da Comissão de Finan-



ças, Legislação e Justiça da Câmara Municipal, realizada no dia 10 de março, oportunidade em que solicitaram apoio dos vereadores para que a proposta não represente um retrocesso na garantia de direitos dos servidores municipais.

Durante a reunião, foi destacado que muitos servidores contratados exercem funções essenciais no serviço público e dependem do auxílio-alimentação como complemento importante para sua renda mensal.



Na mesma ocasião, foi apresentada emenda pela vereadora Daiane Andrade, que tem como objetivo suprimir do projeto a revogação do parágrafo único da Lei nº 3.184/2005, mantendo, assim, o pagamento do auxílio-alimentação tanto para os servidores efetivos quanto para os contratados, da mesma forma como ocorre atualmente.

Diante desse cenário, o Sindicato espera sensibilidade e responsabilidade dos Vereadores diante do impacto soci-

al da medida, reforçando que a retirada de direitos não pode ser o caminho para a administração pública buscar economia. Para o Sindicato, é fundamental que o Legislativo atue na preservação das conquistas dos servidores, garantindo condições mínimas de dignidade e valorização aos profissionais que diariamente contribuem para o funcionamento dos serviços públicos e para o atendimento da população de São Sebastião do Paraíso.

Por fim, ressalta-se ainda que o Projeto está com vistas para a Vereadora autora da emenda que já teve inclusive, parecer favorável pelo jurídico da Câmara e sua votação será determinante para definir se o auxílio-alimentação continuará sendo garantido aos servidores contratados da Prefeitura de São Sebastião do Paraíso.



**SEMPRE - SUDOESTE/MG**  
SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS  
MUNICIPAIS DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO



**JUNTOS, SOMOS MAIS FORTES!**  
**36 ANOS**  
**SEMPRE SUDOESTE/MG**  
Sindicato dos Servidores Públicos Municipais

**JUNTOS, SOMOS MAIS FORTES!**

**SICOOB COOPERATIVA DE CRÉDITO NOSSOCRÉDITO LTDA. SICOOB NOSSOCRÉDITO - CNPJ - 22.760.839/0001-60**  
Nossocrédito

Relatório da Administração 31 de dezembro de 2025

COOPERATIVA DE CRÉDITO NOSSOCRÉDITO LTDA. - SICOOB NOSSOCRÉDITO

Bem-vindos, cooperados e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2025 da cooperativa financeira SICOOB NOSSOCRÉDITO.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

**1. Contexto Sicoob**

O Sicoob faz parte do Sistema Financeiro Nacional e é um dos maiores sistemas cooperativos do país. Conta com 9,3 milhões de cooperados, presente em 2.452 mil municípios e 4.685 pontos de atendimento, distribuídos em todo o Brasil. É composto por cooperativas financeiras e empresas de apoio, que, em conjunto, oferecem aos cooperados serviços de conta corrente, crédito, investimentos, cartões, previdência, consórcios, seguros, cobrança bancária, aquisição de meios eletrônicos de pagamento, entre outros, ou seja, tem todos os produtos e serviços bancários, mas não é banco. É uma cooperativa financeira em que os usuários (cooperados) são donos. Por isso, os resultados financeiros são compartilhados, direta e indiretamente, entre os cooperados, com uma parte destinada a projetos comunitários.

**2. Sustentabilidade**

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse [www.sicoob.com.br/sustentabilidade](http://www.sicoob.com.br/sustentabilidade).

**3. Nossa Cooperativa**

O SICOOB NOSSOCRÉDITO é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

**4. Política de Crédito**

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021, que entrou em vigor a partir de janeiro/2025. Essa resolução altera a forma como as instituições financeiras classificam, mensuram e reconhecem perdas esperadas em seus ativos financeiros, incluindo a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD).

**5. Governança Corporativa**

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui profissional(is) designado(s) na função Agente de Controles Internos, supervisionado(s) diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Interno da Diretoria Executiva, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Pacto de Ética e de Conduta Profissional propostos pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

**6. Sistema de Ouvidoria**

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No exercício de 2025, o Sicoob Nosso Crédito registrou o total de 40 manifestações. Das reclamações, 8 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

**7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito**

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933, de 29/7/2021, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

**8. Demonstrações dos Resultados da Cooperativa**

Data-base: 31 de dezembro de 2025.

Unidade de Apresentação: Em reais

Resultados Financeiros do Período		31/12/2025
Sobras do Exercício - antes dos Juros ao Capital		51.564.500,60

Número de cooperados		31/12/2025
Total		28.442

Carteira de Crédito		31/12/2025
Carteira Rural		124.895.104,58
Carteira Comercial		417.980.823,31
Total		542.875.927,89

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2025 o percentual de 23,46% da carteira, no montante de R\$ 154.883.851,95.

Captações		31/12/2025
Depósitos à vista		192.151.826,30
Depósitos de Poupança		550.524,48
Depósitos sob aviso		24.170,13
Depósitos a prazo		596.267.370,57
LCA		244.439.602,45
TOTAL		1.033.433.493,93

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2025 o percentual de 20,98% da captação, no montante de R\$ 213.883.371,44

Patrimônio de referência		31/12/2025
Total		202.539.788,36

**9. Agradecimentos**

Agradecemos aos nossos Cooperados pela confiança e parceria, que nos motivam a buscar sempre a excelência e a inovação. Também agradecemos aos colaboradores pela dedicação e adaptação diante dos desafios, essenciais para alcançarmos resultados sólidos e sustentáveis.

Conselho de Administração e Diretoria.

SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO-MG, 31 de dezembro de 2025.

BALANÇO PATRIMONIAL		
Em Reais		
	Notas	31/12/2025
<b>ATIVO</b>		<b>1.360.318.549,45</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>		<b>6.470.812,72</b>
<b>ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO</b>		<b>1.302.642.842,59</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6,1	994.777,18
Relações Interfinanceiras	6,5	653.994.565,27
Operações de Crédito	7	542.875.927,89
Outros Créditos	7	118.007.525,42
Outros Ativos Financeiros	9	12.154.362,79
(+) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO		<b>25.251.584,41</b>
<b>ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO</b>		<b>25.251.584,41</b>
Títulos e Valores Mobiliários	6,2	25.251.584,41
<b>ATIVOS FISCAIS, CORRENTES E DIFERIDOS</b>		<b>1.378.340,57</b>
<b>OUTROS ATIVOS</b>		<b>2.568.086,84</b>
<b>IMOBILIZADO DE USO</b>		<b>31.077.631,80</b>
(-) DEPRECIACIONES E AMORTIZAÇÕES		<b>(8.968.749,48)</b>
(-) Depreciação Acumulada de Ativo Imobilizado de Uso		<b>(8.968.749,48)</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.360.318.549,45</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.360.318.549,45</b>
<b>PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO</b>		<b>1.146.528.816,48</b>
<b>DEPÓSITOS</b>		<b>785.103.891,48</b>
Depósitos à Vista	13	192.151.826,30
Depósito de Poupança		550.524,48
Depósitos Sob Aviso		24.170,13
Depósitos a Prazo		596.267.370,57
Outros Depósitos		110.000,00
<b>OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA</b>		<b>244.439.602,45</b>
Recursos por Emissão de Letras	14,1	244.439.602,45
<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS</b>		<b>91.578.265,76</b>
Repasse Interfinanceiro	15,1	91.578.265,76
<b>OUTROS PASSIVOS</b>		<b>13.288.583,72</b>
Obrigações por Empréstimos e Repasses	16,1	4.365.625,99
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assealhados	16,2	311.964,52
Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas	16,3	1.830.720,90
Outras Obrigações	16,5	10.779.040,01
<b>PROVISÕES</b>		<b>8.114.473,07</b>
Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros	17,1	2.111.507,50
Provisão para Pagamento a Efetuar	17,2	3.308.891,72
Provisão para Contingências	17,4	2.694.073,85
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>213.789.732,97</b>
Capital Social		22.443.272,04
Reservas de Sobras		178.718.786,22
Sobras ou Perdas Acumuladas		12.627.674,71
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.360.318.549,45</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS				
Em Reais				
	Notas	2º Sem. 2025	31/12/2025	
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>109.339.118,24</b>	<b>199.813.506,29</b>	
Resultado de Operações de Crédito	7,4	62.805.655,31	115.371.356,69	
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6,6	25.701,41	25.701,41	
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	5	46.507.761,52	84.416.448,19	
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(65.089.399,19)</b>	<b>(119.344.129,88)</b>	
Operações de Captação no Mercado	20	(61.514.610,80)	(112.854.104,38)	
Operações de Empréstimos e Repasses		(3.574.788,39)	(6.490.025,50)	
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>44.249.719,05</b>	<b>80.469.376,41</b>	
<b>PROVISÕES P/ PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO</b>		<b>(3.819.853,89)</b>	<b>(7.409.629,13)</b>	
<b>RESULTADO LÍQUIDO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>40.429.865,16</b>	<b>73.059.747,28</b>	
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(7.664.246,49)</b>	<b>(17.722.033,37)</b>	
Recursos de Tarifas Bancárias	21	2.863.270,06	5.588.013,82	
Recursos de Prestação de Serviços	22	8.054.444,92	15.350.355,15	
Despesas de Pessoal	23	(10.330.173,64)	(20.188.127,47)	
Outras Despesas Administrativas	24	(9.047.835,19)	(17.146.789,23)	
Despesas Tributárias	25	(196.554,04)	(337.784,71)	
Outras Despesas Operacionais	26	(4.425.596,71)	(8.940.121,87)	
Outras Receitas Operacionais	27	5.408.198,11	7.942.400,94	
<b>PROVISÕES</b>		<b>(334.188,36)</b>	<b>(376.713,81)</b>	
Provisões/Reversões para Contingências		(214.625,44)	(360.603,60)	
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(119.562,92)	(116.110,21)	
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>32.431.430,31</b>	<b>54.961.009,10</b>	
<b>OUTRAS RECEITAS E DESPESAS</b>		<b>(422.092,34)</b>	<b>(566.338,94)</b>	
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>32.009.337,97</b>	<b>54.394.661,16</b>	
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>207.855,16</b>	<b>(493.801,58)</b>	
Imposto de Renda Sobre Alon Não Cooperados		157.768,75	(299.700,48)	
Contribuição Social Sobre Alon Não Cooperados		50.086,41	(194.101,10)	
<b>PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS</b>		<b>(857.869,76)</b>	<b>(2.336.358,98)</b>	
<b>SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL</b>		<b>31.359.323,37</b>	<b>51.564.500,60</b>	

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE			
Em Reais			
	Notas	2º Sem. 2025	31/12/2025
<b>SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL</b>		<b>31.359.323,37</b>	<b>51.564.500,60</b>
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE</b>		<b>31.359.323,37</b>	<b>51.564.500,60</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
	Notas	CAPITAL DISCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVA PARA CONTINGÊNCIAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS
<b>Saldos em 31/12/2024</b>		19.338.798,34	(77.283,15)	140.837.488,87	4.313.886,37	60.389.371,88
<b>Adição inicial Resolução CMN e SMO21</b>		-	-	-	-	(2.879.744,76)
<b>Destinação das Sobras do Exercício Anterior:</b>						
Distribuição de sobras para assembleia	6,40	-	-	-	-	(6,40)
Outras Emissões/Reservas						(374,18)
Monetização de Capital						
Por Subscrição/Participação	717.202,81	(18.288,33)	-	-	-	700.000,00
Por Devolução (-)	(217.198,11)	-	-	-	-	(217.198,11)
Reversão/Realização de Reservas						
Reversão/Realização de Fundos						
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital						
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio						
Juros sobre o Capital Próprio - Líquido	2.708.038,89	-	-	-	-	(1.521.531,53)
Juros sobre o Capital Próprio - Líquido						
Destinação das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva						
Outras Destinações das Sobras do Período						
FATES - Alon Cooperativas						
<b>Saldos em 31/12/2025</b>		22.046.838,03	(85.566,96)	176.718.786,22	4.313.886,37	213.789.732,97

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Em Reais			
	Notas	2º Sem. 2025	31/12/2025
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>32.009.337,97</b>	<b>54.394.661,16</b>
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos - Invest. Aval. Custo	27	(3.124.861,61)	(3.124.861,61)
Distribuição de Sobras e Dividendos - Invest. Aval. Custo	27	-	(102.194,43)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8,3	3.819.853,89	7.409.629,13
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	28	119.562,92	16.110,21
Provisões/Reversões Não Operacionais	29	25.191,15	168.422,27
Provisões/Reversões para Contingências	28	214.625,44	360.603,60
Atualização de Depósitos em Garantia	27	-	(157.820,52)
Depreciações e Amortizações	24	801.979,12	1.425.469,17
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO</b>		<b>33.865.688,88</b>	<b>60.390.018,96</b>
<b>(Aumento/Redução em Ativos Operacionais)</b>			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(994.777,18)	(994.777,18)
Relações Interfinanceiras		(550.524,48)	(550.524,48)
Operações de Crédito		(25.595.521,62)	(112.470.188,18)
Outros Ativos Financeiros		13.357.681,11	14.319.660,55
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(196.792,91)	(302.522,37)
Outros Ativos		1.406.154,87	(803.260,20)
<b>(Aumento/Redução em Passivos Operacionais)</b>			
Depósitos à Vista		33.974.416,48	26.330.153,61
Depósitos sob Aviso		3.051,28	3.051,28
Depósitos a Prazo		(26.795.932,18)	55

...CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR

**COOPERATIVA DE CRÉDITO NOSSOCRÉDITO LTDA. - SICOOB NOSSOCRÉDITO**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

Em Reais (R\$)

**1. Contexto Operacional**

A COOPERATIVA DE CRÉDITO NOSSOCRÉDITO LTDA. - SICOOB NOSSOCRÉDITO, doravante denominada SICOOB NOSSOCRÉDITO, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em 05/06/1986, filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE MINAS GERAIS LTDA - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e componente do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Sicoob, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 4.970/2021 e 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de Cooperativas de Crédito e sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB NOSSOCRÉDITO, sediado à RUA DOUTOR PLACIDINO BRIGAGÃO, Nº 927, CENTRO, SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG, A cooperativa possui: 11 Postos de Atendimento (PA's) físicos nas seguintes localidades: São Sebastião do Paraíso-MG, São Tomás de Aquino-MG, Prataópolis-MG, Itamogi-MG, Jacuí-MG, Passos-MG, Itaú de Minas-MG, Ribeirão Preto-SP, além de 1 Posto de Atendimento Digital.

O SICOOB NOSSOCRÉDITO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

**2. Apresentação das Demonstrações Financeiras**

**a) Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BCB. Estão apresentadas em conformidade com as diretrizes da Lei nº 6.404/1976, que regulamenta as sociedades por ações, bem como as alterações introduzidas pelas legislações subsequentes, como a Lei nº 11.638/2007, que trouxe importantes modificações em relação à estruturação das demonstrações financeiras, e a Lei nº 11.941/2009, que aprimorou a transparência e a relevância das informações contábeis.

Adicionalmente, foram levadas em consideração as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BCB e a legislação aplicada às Cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações pela Lei Complementar nº 130/2009 e 196/2022. Também foram observadas a Resolução CMN nº 4.818/2020, que estabelece diretrizes contábeis, e suas alterações subsequentes, a Resolução CMN nº 5.185/2024 e a Resolução CMN nº 4.924/2021, alterada pela Resolução CMN nº 5.116/2024. Por fim, foram consideradas as diretrizes da Resolução BCB nº 2/2020, atualizada pela Resolução BCB nº 367/2024.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em 20/02/2026.

**b) Convergência às normas internacionais de contabilidade**

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, novas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme a tabela a seguir apresenta as normas recepcionadas:

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	Resolução CMN nº 4.534/2016
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil	Resolução CMN nº 4.975/2021
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 - Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Resolução CMN nº 4.535/2016
CPC 28 - Propriedade para investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 - Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB, quando aplicáveis à esta cooperativa, foram empregados em sua integridade na elaboração destas demonstrações financeiras. Os impactos de divulgação requeridos pelas Resoluções CMN nº 4.966/2021, alterada pela Resolução CMN nº 5.244/2025 e Resolução BCB nº 352/2023 estão refletidos nas demonstrações deste período.

**c) Moeda Funcional e apresentação**

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa.

**2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação**

**a) Mudanças em vigor**

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2025:

**Resolução CMN nº 4.966/2021, alterada pela Resolução CMN nº 5.244/2025 e a Resolução BCB nº 352/2023:** introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). Os principais impactos nas demonstrações referente a adoção da resolução são:

- a.1 - A adoção do modelo de perda esperada para o reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito. Os instrumentos financeiros são classificados em 3 (três) estágios, de acordo com o incremento do risco de crédito associado. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência.
- a.2 - Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio da Cooperativa e em suas características contratuais de fluxos de caixa e não mais com base na intenção.
- a.3 - As receitas e os encargos de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas.
- a.4 - Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas, visando maior transparência e comparabilidade.
- a.5 - Vedação de registro no ativo de instrumentos financeiros baixados para prejuízo, exceto quando houver renegociação do instrumento, observando os devidos requisitos dispostos na Resolução.

Além disso:

- O critério de suspensão da apropriação de juros passa a se aplicar a partir do momento em que as operações forem classificadas como "ativo financeiro com problema de recuperação de crédito";
- O critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo também foi alterado: os ativos passam a ser baixados quando a Cooperativa não tiver mais expectativa de recuperação;
- Foram estabelecidas novas diretrizes para a contabilidade de hedge, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2027.

**Resolução CMN 4.975/2021 e Resolução 5.101/2023:** dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil tanto na condição de arrendadora como arrendatária. Essa norma estabelece os requisitos para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituições financeiras com base no CPC 06 (R2) - Arrendamentos. A norma é

aplicável a todos os contratos de arrendamento, contudo, faculta às instituições financeiras a aplicação prospectiva conforme Artigo 2º, parágrafo 5º da referida Resolução.

Tendo como base as análises efetuadas e a faculdade prevista, a Cooperativa optou por adotar a norma prospectivamente para os contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2025, data em que entrou em vigor, conforme determinação do órgão regulador.

Concomitante a mudança trazida pelas Resoluções já mencionadas, está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. O Banco Central do Brasil (BCB) reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. As alterações promovidas foram publicadas pelo órgão regulador nos seguintes normativos:

- i) **Instrução Normativa BCB nº 318**, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do COSIF;
- ii) **Resolução BCB nº 390**, de 12 de junho de 2024: trata da utilização do Padrão Contábil (Cosif) e da estrutura do elenco de contas do COSIF;
- iii) **Instruções Normativas BCB nº 426 a 433**, atualizadas pelas Instruções Normativas BCB nº 619/2025 a 671/2025: define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos:

- (i) ativo realizável e permanente;
- (iv) grupos de compensação ativa e passiva;
- (iii) passivo exigível;
- (iv) patrimônio líquido;
- (v) resultado credor e devedor.

**b) Adoção Inicial**

A Cooperativa adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021 de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

Foram auditados os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Os valores correspondentes ao segundo semestre de 2025, apresentados conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.818/20 nas demonstrações de sobras ou perdas (DSP), demonstrações resultado abrangente (DRA), demonstrações das mutações do patrimônio líquido (DMPL) e demonstrações dos fluxos de caixa (DFC), não foram auditados, em razão da dispensa aplicável às cooperativas prevista na Resolução CMN nº 4.910/21.

Os efeitos dos ajustes decorrentes da adoção dos novos critérios contábeis foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

A reconciliação do patrimônio líquido do sistema Sicoob demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025, está apresentado na nota 4.

**c) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros**

A Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 132/2023, instituiu a Reforma Tributária. Em decorrência da promulgação e do avanço do processo de regulamentação da Reforma Tributária sobre o consumo, que estabelece a substituição gradativa de tributos atuais por um sistema dual composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS") e pelo Imposto sobre Bens e Serviços ("IBS"), o Sicoob vem acompanhando as alterações normativas, seus atos infralegais e os respectivos efeitos potenciais sobre as operações, processos e sistemas da Cooperativa.

Considerando o estágio atual de implementação, o Sicoob vem conduzindo, para o próximo exercício, um plano de adequação voltado (i) à revisão de processos de faturamento e contratação com fornecedores, (ii) à avaliação de impactos sobre o preço e a estrutura de custos dos serviços oferecidos, (iii) avaliação sobre eventuais necessidades de emissão de nota fiscal de serviço, (iv) mapeamento e classificação das operações para fins de apuração e escrituração em eventuais obrigações acessórias, e (v) à atualização de sistemas, cadastros fiscais e parametrizações para captura, conciliação e suporte à apuração de créditos e débitos, quando aplicável.

Entre os principais temas em avaliação, destacam-se:

- a) impactos nos serviços oferecidos, inclusive pela eventual necessidade de adequações contratuais para refletir a forma de destaque e repasse de CBS/IBS nas notas fiscais e documentos fiscais equivalentes;
- b) procedimentos de apuração e controle de créditos tributários, observadas as regras de não cumulatividade e os requisitos de documentação e escrituração;
- c) adequações operacionais e de compliance, envolvendo governança de dados fiscais, trilhas de auditoria, conciliações e controles internos; e
- d) potenciais efeitos sobre apresentação, notas explicativas e divulgações, na medida em que evoluam as definições regulatórias e as orientações de órgãos competentes.

Na data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foi possível mensurar com confiabilidade os efeitos financeiros líquidos da Reforma Tributária para o próximo exercício, uma vez que parte relevante do arcabouço regulatório e operacional ainda se encontra em fase de detalhamento e implementação, podendo sofrer alterações. O Sicoob seguirá acompanhando a evolução normativa e, quando aplicável, refletirá os impactos na mensuração, no reconhecimento e/ou na divulgação contábil de forma prospectiva, em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a regulamentação aplicável.

Por fim, a **Resolução CMN nº 4.966/2021** - Instrumentos Financeiros e normativos relacionados - Estabelece a designação e reconhecimento contábil de hedge e o ajuste ao valor presente de instrumentos financeiros reestruturados, sendo efetivas a partir de 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

**2.2 Continuidade dos Negócios**

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

**3. Principais Políticas Materiais**

**3.1 Efeitos Tributários Cooperativas**

Em decorrência da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, para as Cooperativas não há efeitos tributários a serem registrados dado que a Lei nº 14.467/2022 não é aplicável.

Os critérios contábeis estabelecidos pela resolução foram aplicados de forma prospectiva e os efeitos dos ajustes decorrentes foram reconhecidos em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos efeitos tributários.

**3.2 Operações de Crédito Cedidas**

As cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passam a ter os seus resultados reconhecidos pelo prazo remanescente das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

**3.3 Apuração do Resultado**

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e os ingressos operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

...CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR

### 3.4 Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos, os quais são revisados no mínimo, anualmente. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas associadas ao risco de crédito, as provisões para ajuste dos ativos não financeiros ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dessas estimativas e premissas em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

### 3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição. São utilizadas pelo Sicoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Nota 5.

### 3.6 Instrumentos Financeiros

#### I. Classificação dos instrumentos financeiros

Conforme requerido pela norma, foram aprovadas pelos órgãos de governança, as Políticas de Modelos de Negócios aplicáveis a todas as entidades sistêmicas para administração dos ativos financeiros. As Cooperativas administram e classificam os ativos financeiros em um dos três modelos/categorias descritas a seguir:

**Modelo de Negócio 1:** Manter os ativos para recebimento de fluxos de caixa contratuais;

**Custo Amortizado:** o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

**Modelo de Negócio 2:** Gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do Ativo Financeiro.

**Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:** o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

**Modelo de Negócio 3:** Outros modelos de negócios.

**Valor Justo no Resultado:** utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A classificação em cada uma das categorias de mensuração depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – Teste SPPJ).

Para determinar o modelo de negócios, a Cooperativa avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo:

- recebimento de fluxos de caixa de principal e juros;
- pela venda, ou por;
- ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências:

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;
- como os gestores do negócio são remunerados;
- e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

A Cooperativa não faz uso da opção irrevogável, aplicável a ativos e passivos financeiros, de mensuração ao valor justo no reconhecimento inicial, para os ativos financeiros, quando essa designação resulta em informação mais relevante para a entidade, porque elimina ou reduz significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que de outra forma resultaria da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre eles em diferentes bases.

#### II. Mensuração dos instrumentos financeiros

A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber:

**Custo amortizado:** os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica "Receitas de juros", enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica "Despesas de juros", ao longo do prazo do respectivo contrato.

**Ao valor justo em outros resultados abrangentes:** os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada "Ajuste de avaliação patrimonial", até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica "Receitas de juros". Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.

**Ao valor justo por meio do resultado e designados ao valor justo no reconhecimento inicial:** são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos e passivos financeiros são apresentados na demonstração consolidada do resultado na rubrica "Resultado líquido de juros", no período em que ocorrem.

#### III. Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros do Sicoob serão categorizados conforme hierarquia do valor justo, descritos a seguir:

**Instrumentos Financeiros – Nível 1:** O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

**Instrumentos Financeiros – Nível 2:** O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.

**Instrumentos Financeiros – Nível 3:** Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

#### IV. Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

### 3.7 Derivativos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

### 3.8 Método de Taxa Efetiva de Juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros em caixa ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis, como por exemplo:

- Receita com tarifas e taxas atreladas a concessão das operações;
- Despesa com empresas especializadas (análise documental, cobrança, serviços de vistorias e avaliações);
- Despesa com comissões e portabilidade de operações.

Os custos da transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro. Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB nº 352/2023, a Cooperativa optou em utilizar a "metodologia diferenciada linear" para operações de crédito e com características de crédito.

O Sicoob, conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.966/2021, adotou de forma prospectiva a TJEO e passou a considerar os custos e receitas originados nas novas transações e que sejam qualificáveis para a aplicação da metodologia da taxa efetiva de juros para as novas operações, a partir de 1º de janeiro de 2025. Desta forma, estes custos e receitas foram incorporados aos saldos contábeis brutos das transações e reconhecidos no resultado.

### 3.9 Suspensão dos Juros (stop accrual)

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021, a suspensão de juros de um contrato deve ocorrer quando o ativo for marcado com problemas de recuperação (caracterização do ativo problemático – Estágio 3), diferentemente do que estabelecia a Resolução CMN nº 2.682/1999, cujo parâmetro para suspensão dos juros era apenas para as operações que apresentassem atrasos superiores a 59 (cinquenta e nove dias).

Dentre os critérios para marcação de ativo problemático, inclui-se operações com atraso superior a 90 (noventa) dias.

Conforme diretrizes constantes no Comunicado BCB nº 42.403/2024, a Cooperativa adotou na carteira de crédito, o ajuste da posição de suspensão de juros (stop accrual) realizado nas operações em 31 de dezembro de 2024, mas que não atendam à condição de ativos problemáticos.

### 3.10 Provisão para Perdas

#### I. Visão Geral

A Cooperativa realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela Metodologia Completa, de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023 para:

- Aplicações interfinanceiras de liquidez;
- Títulos e valores mobiliários;
- Operações de créditos;
- Outros ativos financeiros; e
- Exposições "off-balance" (que gerem risco de crédito).

#### II. Estágios

A Cooperativa aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

**Estágio 1:** refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da originação do crédito. Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas.

**Estágio 2:** refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que ainda não entraram em recuperação de crédito (sem default). Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo é estimada para todo o prazo contratual do instrumento financeiro (*lifetime*).

**Estágio 3:** refere-se a instrumentos financeiros em recuperação de crédito (em default). Para esses casos, para fins de reconhecimento de perdas é reconhecido o maior valor de perda entre:

- A PE calculada com base nos dados observados estatísticos da Cooperativa; ou
- O piso de Estágio 3 determinado pela Resolução BCB nº 352 de 2023 (anexo 1 da normativa – "Provisão para perdas incorridas aplicável aos ativos financeiros inadimplidos").

#### III. Aumento significativo no risco de crédito

O conceito de risco de crédito da operação é baseado na probabilidade de default para sua vida toda. Originalmente quando a operação é concedida pela Cooperativa é registrada em estágio 1 e, posteriormente, a cada data base, a Cooperativa avalia se o ativo apresentou aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Em caso positivo, esta operação deve passar a ser considerada em estágio 2, ou ainda se o ativo, além de apresentar aumento significativo no risco de crédito, demonstrar evidência objetiva de recuperação de crédito, será alocado em estágio 3. Por fim, se a operação, além de apresentar a evidência de recuperação de crédito, tiver estimativas insignificantes de recuperação, esta deve ser baixada para prejuízo.

As definições de aumento significativo e evidência de ativo problemático, são baseadas não apenas em aspectos qualitativos e prospectivos (projeções de modelos de probabilidade de default), mas também no atraso efetivo do ativo financeiro.

Os ativos que devem ser considerados como estágio 2 são aqueles com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, tendo como premissa refutável o atraso em 30 dias (limitado a 60 dias).

Em estágio 3 devem ser todos os contratos que têm evidência de problema de recuperação de crédito. Essencialmente, a marcação de ativo problemático é dada quando um contrato atinge atraso de pagamento da dívida acima de 90 dias em atraso, marcação de reestruturação ou quando o cliente possui características que evidenciem dificuldade de pagamento como quando ele está em situação de recuperação judicial.

#### IV. Cálculo da perda esperada

O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo, e engloba a avaliação de três parâmetros:

**Probabilidade de default – PD:** A PD é a probabilidade futura de um ativo entrar em inadimplemento em uma janela de tempo determinada;

**Perda dada ao default – LGD:** A LGD é o percentual esperado de perda de um cliente dado o default. É um componente importante para a modelagem do risco de crédito da Cooperativa para que consiga através de modelos mensurar qual é a probabilidade esperada de perda dada a contratação/renovação de contratos e clientes, podendo estender análises específicas para os diferentes tipos de garantias, percentual de cobertura das garantias, entre outras informações do cliente.

**Exposição ao default – EAD:** É a exposição na data da inadimplência.

Adicionalmente, a Resolução CMN nº 4.966/2021, determina que todos os modelos tenham inclusão de variáveis preditivas de fatores macroeconômicos para proporcionar uma visão do risco à exposição dos fatores exógenos, preparar e antecipar as instituições na avaliação de impactos em eventos extremos (cenários sob estresses). Em outras palavras, as variáveis forward looking funcionam como uma calibragem dos modelos sob efeitos macroeconômicos ou política de crédito.

### 3.11 Ativos Financeiro com Problema de Recuperação de Crédito

O ativo financeiro é caracterizado como "Ativo Problemático" quando:

- Ocorrer atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos;
- Se houver algum indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais;
- Todas as operações enquadradas como reestruturadas;

É considerado reestruturação uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento miligrador.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, as

...CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR

operações de uma mesma contraparte ou de contrapartes conectadas, são arrastados (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para Estágio 3.

Poderá não ocorrer o efeito arrasto nas ocasiões em que a Instituição apresentar os seguintes critérios:

- Operações cujo gerenciamento do risco de crédito é realizado de forma massificada;
- Instrumento financeiro que, em virtude de sua natureza ou de sua finalidade, apresente risco de crédito significativamente inferior ao instrumento da mesma contraparte caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito.

A partir do momento da caracterização como ativo problemático, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

Considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático quando são observadas evidências de melhora na capacidade de pagamento da contraparte. Especificamente, considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático após a realização de pagamentos consecutivos, sem atrasos, até que seja atingido um percentual mínimo do saldo devedor, conforme critérios internos definidos com base nas diretrizes da Resolução CMN nº 4.966/2021.

Essa reclassificação é condicionada à ausência de parcelas vencidas, ao cumprimento das obrigações contratuais e à evidência de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem dependência da execução de garantias ou colaterais.

Os ativos financeiros são baixados do balanço patrimonial quando não há expectativa razoável de recuperação de seu valor, total ou parcial. Essa baixa decorre do reconhecimento de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme previsto no artigo 49 da Resolução CMN nº 4.966/2021.

A avaliação da necessidade de baixa considera evidências objetivas de perda, incluindo, mas não se limitando a: inadimplência prolongada ou ausência de perspectivas de recuperação após esgotadas as medidas de cobrança e recuperação, inclusive aquelas envolvendo garantias e colaterais.

A instituição adota integralmente os critérios estabelecidos no § 4º do artigo 3º da Resolução CMN nº 4.966/2021 para a reclassificação de ativos financeiros anteriormente identificados como com problema de recuperação de crédito.

Para que um ativo deixe de ser enquadrado nessa condição, devem ser atendidos, de forma cumulativa, os seguintes requisitos:

- Inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos;
- Manutenção de pagamentos pontuais do principal e encargos por período suficiente para evidenciar melhora significativa na capacidade financeira da contraparte;
- Cumprimento das demais obrigações contratuais pelo mesmo período;
- Existência de evidências de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem a necessidade de execução de garantias ou colaterais.
- A aplicação desses critérios visa assegurar que a reclassificação reflita de forma fidedigna a real capacidade de recuperação do crédito pela instituição, em consonância com as melhores práticas.

**3.12 Imobilizado de Uso**

Está composto por equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros. Esses bens são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada.

Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas conforme a vida útil estimada dos bens, a saber:

- edificações – 4%;
- equipamentos de uso – 10%;
- veículos e processamento de dados – 20%.

**3.13 Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, são amortizados a uma taxa anual de:

- intangíveis 20%.

**3.14 Ativos Contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

**3.15 Outros Ativos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

**3.16 Outros Passivos**

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

**3.17 Provisões**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar essa obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais são reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

**3.18 Tributos**

Em cumprimento ao artigo 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do artigo 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 15% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado nas operações realizadas com associados não está sujeito à tributação, conforme o regime jurídico das sociedades Cooperativas.

**3.19 Segregação em Circulante e Não Circulante**

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante), apresentados por faixa de vencimento.

**3.20 Valor Recuperável de Ativos – Impairment**

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *“impairment”*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

**3.21 Resultados Recorrentes e Não Recorrentes**

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

**3.22 Eventos Subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

**3.23 Relações Interfinanceiras – Obrigações por Repasses Interfinanceiros**

Compreendem os recursos captados com instituições parceiras, por intermédio da Cooperativa Central, destinados para repasses aos cooperados, estando atualizados pelos encargos contratados até a data do balanço.

**3.24 Operações de Arrendamento - Arrendatário**

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de arrendamentos estão de acordo com os critérios definidos pelo CPC 06 – Arrendamentos, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.975/21.

A Cooperativa atua como arrendatária de imóveis. Os contratos de arrendamento são reconhecidos como passivos financeiros pelo valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa média de captação (taxa incremental). Em contrapartida, é registrado um ativo de direito de uso correspondente. As despesas financeiras relacionadas aos arrendamentos são apropriadas ao resultado.

Contratos com ativos de valor inferior a trinta mil novecentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos (o parâmetro definido no IFRS 16 – Arrendamentos, com a referência de US\$ 5.000,00 (cinco mil dólares), multiplicado pelo valor do dólar PTAX na cotação de 31/12/2024) ou com prazo inferior a 12 (doze) meses — considerados de baixo valor ou curto prazo — não são tratados como arrendamentos, salvo quando houver expectativa de renovação. Nesses casos, os pagamentos são reconhecidos diretamente como despesa no resultado.

O prazo do arrendamento considera o período não cancelável do contrato, as expectativas de renovação ou rescisão e o tempo estimado de uso do ativo.

**3.25 Depósitos e Captações por Recursos Aceite e Emissão de Títulos**

Os recursos provenientes de depósitos e captações estão demonstrados pelo valor captado, incluindo as atualizações incorridas, pro rata dia.

**3.26 Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos**

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, tais como veículos, imóveis e intangíveis, de acordo com os termos da Resolução CMN nº 4.747/2019, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução.

O método de mensuração e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/2021.

Para o reconhecimento dos ativos não financeiros mantidos para venda, considera-se a data de entrada desses ativos na Cooperativa. Assim, se o período em que os ativos não financeiros permanecem na Cooperativa ultrapassar um ano, eles são reclassificados para o grupamento contábil do ativo não circulante realizável a longo prazo.

**4. Reconciliação de Saldos Patrimoniais Comparativos em 1º de janeiro de 2025**

A Cooperativa optou pela isenção prevista pela Resolução CMN nº 4.966/2021 de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da norma foram reconhecidas no patrimônio líquido dentro de sobras ou perdas acumuladas a partir de 1º de janeiro de 2025.

a) Reconciliação do patrimônio líquido na transição para Resolução CMN nº 4.966/2021.

Descrição	Valor Contábil
<b>Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>169.215.651,66</b>
Perda esperada de crédito para operações de crédito (1)	(2.986.748,53)
Ajuste de suspensão de juros de operações de crédito	7.003,83
<b>Patrimônio líquido conforme a Res. CMN nº 4.966/21 em 1 de janeiro de 2025</b>	<b>166.235.906,96</b>

(1) Inclui garantias financeiras prestadas e compromissos de empréstimos;

b) Estão apresentados a seguir, os saldos de reconciliação com os impactos introduzidos pela Resolução CMN nº 4.966/21:

Nomenclatura em 31/12/2024	Ativo Financeiro	Saldo em 31/12/2024	Remensurações/Reclassificações (1)	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966/21
<b>Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos</b>	Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	151.954.574,12	(130.674.567,16)	21.280.006,96	Valor Justo por Meio do Resultado
	Provisão para perdas esperadas	(1.176.029,58)	1.176.029,58	-	-
<b>Relações Interfinanceiras</b>	Relações Interfinanceiras e Interdependências	534.794.129,30	-	534.794.129,30	Custo Amortizado
	Operações de Crédito	436.824.376,56	7.003,83	436.831.380,39	Custo Amortizado
<b>Operações de Crédito</b>	Provisão para Perdas Esperadas	(20.237.175,84)	(3.786.542,82)	(24.023.718,66)	Custo Amortizado
	Créditos por Avais e Fianças Horadas	2.230.460,69	-	2.230.460,69	Custo Amortizado
<b>Outros Créditos</b>	Provisão para perdas esperadas	(1.824.943,85)	(88.664,28)	(1.913.608,13)	Custo Amortizado
	Provisão para perdas esperadas	(6.465,76)	6.465,76	-	Custo Amortizado
	Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	-	18.168,21	18.168,21	Custo Amortizado
	Provisão para perdas esperadas	-	(96,48)	(96,48)	Custo Amortizado
<b>Outros Ativos Financeiros</b>	Relações Interfinanceiras - Perdas Esperadas	-	130.674.567,16	130.674.567,16	Custo Amortizado
	Provisão para perdas esperadas	-	(618.373,60)	(618.373,60)	Custo Amortizado
<b>Total Ativos Financeiros</b>	Outros Ativos Financeiros	11.460.484,32	(18.168,21)	11.442.316,11	Custo Amortizado
<b>Total Ativos Financeiros</b>		<b>1.114.019.409,96</b>	<b>(3.304.178,01)</b>	<b>1.110.715.231,95</b>	

Nomenclatura em 31/12/2024	Passivo Financeiro	Saldo em 31/12/2024	Remensurações/Reclassificações (1)	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966/21
<b>Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros</b>	Depósitos	706.574.413,96	953.000,00	707.527.413,96	Custo Amortizado
	Recursos de Letras Mobiliárias, Hipot., Créd. e Similares	169.358.802,83	-	169.358.802,83	Custo Amortizado
<b>Total Passivos Financeiros</b>	Relações Interfinanceiras - Perdas Esperadas	71.833.144,60	-	71.833.144,60	Custo Amortizado
	Garantias Financeiras Prestadas	1.190.522,58	(324.433,31)	866.089,27	Custo Amortizado
<b>Total Passivos Financeiros</b>		<b>948.956.883,97</b>	<b>628.566,69</b>	<b>949.585.450,66</b>	

... CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR

(1) Referem-se às perdas de crédito esperadas e aos ajustes ao valor justo de ativos financeiros reclassificados entre as categorias de mensuração conforme os requerimentos da Resolução CMN nº 4.966/2021.

**5. Caixa e Equivalente de Caixa**

Por caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

31/12/2025			
Descrição	Valor contábil bruto	Perda Esperada	Saldo Líquido
Disponibilidades	6.470.812,72	-	6.470.812,72
Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira (a)	653.444.070,79	-	653.444.070,79
<b>Saldo Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>659.914.883,51</b>	-	<b>659.914.883,51</b>

a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS como determinado no art. 3º, da Resolução CMN nº 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, cujos rendimentos auferidos em 31 de dezembro de 2025 registrados em contrapartida à receita de "Ingressos de Depósitos Interooperativos", foram respectivamente:

Descrição	31/12/2025
Rendimentos da Centralização Financeira	84.416.448,19

O Sicoob não constitui provisão para risco de crédito nas operações de centralização financeira, uma vez que o risco de contraparte é integralmente assumido e mitigado no âmbito do próprio sistema cooperativo. Nessas operações, a exposição decorre exclusivamente de relações intrassistêmicas, cuja responsabilidade e capacidade de absorção de riscos estão distribuídas entre as entidades que compõem o Sistema.

**6. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Títulos e Valores Mobiliários e demais Ativos Financeiros**

Os ativos financeiros são compostos pelos recursos provenientes aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros, sendo mensurados por categorias, conforme apresentados abaixo:

**6.1 Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado**

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:

31/12/2025			
Descrição	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	994.777,18	-	994.777,18
Demais Aplicação em depósitos Interfinanceiros	994.777,18	-	994.777,18

**6.2 Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado**

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:

31/12/2025			
Descrição	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Títulos e Valores Mobiliários	25.211.584,41	-	25.211.584,41
Participação em Cooperativa Central de Crédito	25.211.584,41	-	25.211.584,41

Os ativos financeiros demonstrados na tabela acima, estão classificados a valor justo por meio do resultado em decorrência de falharem no teste de SPPJ.

a) Referem-se a saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 01/04/2022.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das "Atividades de Investimento", tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

**6.3 Composição dos Ativos Financeiros por Faixa de Vencimento**

a) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:

31/12/2025				
Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	994.777,18	994.777,18
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>994.777,18</b>	<b>994.777,18</b>

b) Títulos e Valores Mobiliários:

31/12/2025				
Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Participações Em Cooperativa Central De Crédito	-	-	25.211.584,41	25.211.584,41
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>25.211.584,41</b>	<b>25.211.584,41</b>

**6.4 Resumo da Carteira Consolidada por Categoria de Mensuração**

31/12/2025			
Descrição	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	994.777,18	-	994.777,18
Ativos Financeiros Mensurados ao VJR	25.211.584,41	-	25.211.584,41

**6.5 Relações e Repasses Interfinanceiras**

Descrição	31/12/2025		Total
	Circulante	Não Circulante	
Recursos Transferidos - Centralização Financeira	653.444.070,79	-	653.444.070,79
Recursos Transferidos - Depósitos de Poupança Rural	550.524,48	-	550.524,48
<b>TOTAL</b>	<b>653.994.595,27</b>	-	<b>653.994.595,27</b>

**6.6 Resultado de Operações com Ativos Financeiros**

a) Resultado das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:

31/12/2025	
Descrição	Saldo
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	25.701,41
<b>TOTAL</b>	<b>25.701,41</b>

**6.7 Classificação por Estágio**

Abaixo a composição dos estágios das Aplicações Interfinanceira de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários:

31/12/2025			
Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Aplicações Interfinanceira de Liquidez	994.777,18	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>994.777,18</b>	-	-

**7. Operações de Crédito e Outras Operações com Características de Concessão de Crédito**

Abaixo, a composição da carteira de crédito e outras operações com características de concessão de crédito mensurados ao custo amortizado:

31/12/2025			
Descrição	Valor Contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
<b>Operações de Crédito - Custo Amortizado</b>			
Empréstimos	299.784.264,25	(17.431.421,63)	282.352.842,62
Direitos Creditórios Descontados	9.770.212,59	(151.519,64)	9.618.692,95
Adiantamento a Depositantes	104.593,97	(57.518,72)	47.075,25
Cheque Especial	9.784.445,64	(1.443.879,42)	8.340.566,22
Financiamentos	98.537.306,86	(2.693.630,24)	95.843.676,62
Financiamentos Rurais	124.895.104,58	(909.148,16)	123.985.956,42
<b>Total - Operações de Crédito</b>	<b>542.875.927,89</b>	<b>(22.687.115,81)</b>	<b>520.188.812,08</b>
<b>Outras Operações com Características de Concessão de Crédito - Custo Amortizado</b>			
Créditos por Avals e Fianças Honoradas	2.662.161,47	(2.048.480,51)	613.680,96
CPRF	115.331.644,75	(648.696,78)	114.682.947,97
Ativos não Financeiros - Concessão de Crédito	13.719,20	(72,86)	13.646,34
<b>Total - Outras Operações com Características de Concessão de Crédito</b>	<b>118.007.525,42</b>	<b>(2.697.250,15)</b>	<b>115.310.275,27</b>
<b>Garantias financeiras prestadas</b>			
Outras Fianças Bancárias	381.943,58	-	381.943,58
Outras Garantias Financeiras Prestadas	70.769.054,93	(855.395,78)	69.913.659,15
<b>Total - Garantias financeiras prestadas</b>	<b>71.150.998,54</b>	<b>(855.395,78)</b>	<b>69.913.659,15</b>

**7.1 Abertura dos Financiamentos Rurais**

Abaixo está demonstrado a abertura dos financiamentos rurais, incluindo o direcionamento de recursos para aplicação no crédito rural:

Descrição	Total
<b>Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Próprios</b>	
Investimento Agricultura - Recursos Próprios	8.069.229,27
Investimento Pecuaría - Recursos Próprios	1.683.106,51
<b>Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Direcionados à Vista</b>	
Custeio Agricultura - Recursos Direcionados à Vista	16.374.404,07
Custeio Pecuaría - Recursos Direcionados à Vista	13.045.141,99
<b>Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Direcionados da Poupança Rural</b>	
Custeio Agricultura - Recursos Direcionados da Poupança Rural	32.032.200,45
Custeio Pecuaría - Recursos Direcionados da Poupança Rural	10.030.969,78
Investimento Agricultura - Recursos Direcionados da Poupança Rural	1.122.837,98
Investimento Pecuaría - Recursos Direcionados da Poupança Rural	154.923,49
<b>Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Direcionados de LCA</b>	
Custeio Agricultura - Recursos Direcionados de LCA	13.599.774,44
Custeio Pecuaría - Recursos Direcionados de LCA	8.072.234,02
Investimento Agricultura - Recursos Direcionados de LCA	9.292.079,50
Investimento Pecuaría - Recursos Direcionados de LCA	925.457,88
Comercialização Agricultura - Recursos Direcionados de LCA	3.249.880,02
<b>Financiamentos Rurais com Recursos de Fontes Públicas</b>	
Custeio Agricultura - Recursos de Fontes Públicas	2.656.197,32
Investimento Agricultura - Recursos de Fontes Públicas	3.677.521,69
<b>TOTAL</b>	<b>123.985.958,42</b>

**7.2 Composição da Carteira de Crédito por Tipo de Produto, Cliente e Atividade Econômica**

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2025	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	31.153.198,26	5.268.899,98	-	36.422.098,24	6,71%
Setor Privado - Indústria	2.759.805,36	775.602,13	-	3.535.407,49	0,65%
Setor Privado - Serviços	65.530.701,54	18.071.421,31	1.940.182,96	85.542.305,81	15,76%
Pessoa Física	219.231.125,20	73.906.962,09	121.506.505,26	414.644.592,55	76,38%
Outros	768.686,09	514.421,35	1.448.416,36	2.731.523,80	0,50%
<b>TOTAL</b>	<b>319.443.516,45</b>	<b>98.537.306,86</b>	<b>124.895.104,58</b>	<b>542.875.927,89</b>	<b>100,00%</b>

**7.3 Operações Renegociadas e Reestruturadas**

As operações renegociadas e reestruturadas estão assim compostas:

31/12/2025		
Natureza da Operação	Renegociadas	Reestruturadas
Operações de Crédito	14.883.097,92	-
<b>TOTAL</b>	<b>14.883.097,92</b>	-

**7.4 Resultado de Operações de Crédito**

Descrição	31/12/2025
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	215.350,53
Rendas de Empréstimos	63.696.586,50
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	3.053.253,38
Rendas de Financiamentos	18.964.355,44
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	1.250.727,58
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	2.851.873,51
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	2.147.316,94
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	3.571.904,22
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos de Fontes Públicas	348.263,88
Rendas de Créditos por Avals e Fianças Honoradas	34.186,23
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	2.526.406,02
Rendas de Títulos com Características de Concessão de Crédito	17.078.783,96
Rendas de Crédito por Venda a Prazo de Ativos não Financeiros	2.483,47
(-) Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(370.046,33)
(-) Est. Juros Créditos por Avals e Fianças Honoradas	(86,54)
<b>TOTAL</b>	<b>115.371.356,69</b>

**7.5 Classificação por Estágios**

As operações de crédito, Outras Operações com Características de Concessão de Crédito e Garantias Prestadas estão compostas nos estágios abaixo:

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	TOTAL
Adiantamentos a Depositantes	-	43.857,14	60.736,63	104.593,97
Direitos Creditórios Descontados	9.586.833,89	10.896,28	172.482,42	9.770.212,59
Empréstimos	281.077.288,72	12.113.872,82	16.377.548,35	309.568.709,89
Financiamentos	94.004.575,93	1.464.611,51	3.068.119,42	98.537.306,86
Financiamentos Rurais	123.274.731,44	390.953,39	1.229.419,75	124.895.104,58
Garantias Financeiras Prestadas	69.761.060,74	704.422,39	685.515,41	71.150.998,54
Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito (a)	13.719,20	-	2.662.161,47	2.675.880,67
Títulos com Característica de Concessão de Crédito (CPR-F) (b)	112.579.280,24	2.027.461,69	724.902,82	115.331.644,75
<b>TOTAL</b>	<b>690.297.490,16</b>	<b>16.756.075,22</b>	<b>24.980.886,47</b>	<b>732.034.451,85</b>

a) Outros Créditos são compostos por Créditos por avals e fianças e Créditos por venda a prazo de ativos não financeiros.

b) Títulos com Característica de Concessão de Crédito são compostos por CPRF (cédula de produto rural financeiro).

**7.6 Concentração das Operações por Modalidade, Maiores Devedores e Faixas de Vencimento**

a) Composição das operações por faixa de vencimento:

b) Composição dos Maiores Devedores:

Descrição	31/12/2025	% Carteira Total
Maior Devedor	21.192.465,33	3,21%
10 Maiores Devedores	111.738.478,84	16,92%
50 Maiores Devedores	232.241.892,55	35,17%

**7.7 Movimentação em Estágios das Operação da Carteira Bruta**

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	TOTAL
<b>Saldo Inicial</b>	<b>581.886.653,46</b>	<b>13.984.142,21</b>	<b>22.179.809,81</b>	<b>618.050.605,48</b>
(-) Transferido para Estágio 1	-	(1.782.076,54)	(184.946,76)	(1.967.023,30)
(-) Transferido para Estágio 2	(8.931.114,87)	-	(73.251,18)	(9.004.366,05)
(-) Transferido para Estágio 3	(4.397.817,07)	(3.917.958,28)	-	(8.315.775,35)
(+) Transferido do Estágio 1	-	8.931.114,87	4.397.817,07	13.328.931,94
(+) Transferido do Estágio 2	1.782.076,54	-	3.917.958,28	5.700.034,82
(+) Transferido do Estágio 3	184.946,76	73.251,18	-	258.197,94
(+) Aquisição	390.300.482,56	6.322.903,79	8.514.566,01	405.137.952,36
(+) Apropriação de Juros	17.142.074,05	343.653,77	125.065,11	17.610.792,93
(-) Liquidação	(162.466.132,47)	(3.085.871,75)	(4.892.721,75)	(170.444.725,97)
(-) Liquidação Parcial	(125.203.678,80)	(4.052.423,28)	(2.657.420,73)	(131.913.522,81)
(-) Baixa para prejuízo	-	60.660,75	6.345.989,39	6.406.650,14
<b>Saldo Final</b>	<b>690.297.490,16</b>	<b>16.756.075,22</b>	<b>24.980.886,47</b>	<b>732.034.451,85</b>

**7.8 Consolidação dos Estágios das Operações Carteira Bruta**

<b>Saldo Inicial</b>				<b>618.050.605,48</b>
(+) Aquisição				405.137.952,36
(+) Apropriação de Juros				17.610.792,93
(-) Liquidação				(170.444.725,97)
(-) Liquidação Parcial				(131.913.522,81)
(-) Baixa para prejuízo				(6.406.650,14)
<b>Saldo Final</b>				<b>732.034.451,85</b>

a) Na Tabela abaixo estão apresentadas as operações de crédito alocadas no terceiro estágio com 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias de atraso.

Estágio	De 31 a 60 dias de atraso
Estágio 3	1.400.626,25

...CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	TOTAL
Adiantamentos a Depositantes	-	9.261,52	48.286,35	57.547,87
Direitos Creditórios Descontados	26.260,93	14,88	125.243,83	151.519,64
Empréstimos	5.062.106,94	1.391.973,89	12.421.220,22	18.875.301,05
Financiamentos	590.963,78	123.383,10	1.979.283,36	2.693.630,24
Financiamentos Rurais	280.903,17	21.466,74	630.665,31	933.035,22
Garantias Financeiras Prestadas	332.348,57	56.150,51	466.896,70	855.395,78
Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito	72,86	-	2.049.235,70	2.049.308,56
Títulos com Característica de Concessão de Crédito (CPR-F)	191.725,61	143.637,88	312.578,10	647.941,59
<b>TOTAL</b>	<b>6.484.381,86</b>	<b>1.745.888,52</b>	<b>18.033.409,57</b>	<b>26.263.679,95</b>

8.2 Consolidação dos Estágios das Provisões

Descrição	31/12/2025
Provisão Inicial	27.395.067,55
(+) Constituição Novas Operações	10.481.220,56
(+) Constituição Aumento de Provisão	5.961.267,29
(+) Reversão Total	490.331,24
(-) Reversão Parcial	(11.700.882,05)
(-) Baixa para prejuízo (Provisão)	(6.253.344,64)
<b>Provisão Final</b>	<b>26.263.679,95</b>

8.3 Despesa com Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Descrição	31/12/2025
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	17.729.587,04
Reversões de Provisões para Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	2.037.982,16
Reversões de Provisões para Compromissos e Créditos a Liberar	26.812,73
Provisões para Operações de Crédito	(22.400.202,09)
Provisões para Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	(3.547.688,22)
Provisões para Compromissos e Créditos a Liberar	(1.256.120,75)
<b>TOTAL</b>	<b>(7.409.629,13)</b>

9. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas a Receber (9.1)	9.392.023,53	-	9.392.023,53
Devedores por Depósitos em Garantia (9.2)	-	2.696.315,74	2.696.315,74
Títulos e Créditos a Receber (9.3)	66.043,52	-	66.043,52
<b>TOTAL</b>	<b>9.458.067,05</b>	<b>2.696.315,74</b>	<b>12.154.382,79</b>

9.1 Rendas a Receber

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas de Convênio	26.476,23	-	26.476,23
Rendas de Cartões	737.288,90	-	737.288,90
Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central	8.345.365,11	-	8.345.365,11
Rendas de Domicílio Bancário	205.261,65	-	205.261,65
Rendas de Poupança	57.755,88	-	57.755,88
Rendas de Transações Interfinanceiras	19.700,78	-	19.700,78
Outras Rendas a Receber	174,98	-	174,98
<b>TOTAL</b>	<b>9.392.023,53</b>	<b>-</b>	<b>9.392.023,53</b>

9.2 Devedores por Depósitos em Garantia

Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
PIS - Depósito Judicial	-	412.227,03	412.227,03
COFINS - Depósito Judicial	-	2.023.141,34	2.023.141,34
Interposição de Recursos Fiscais	-	48.430,04	48.430,04
Outros Devedores por Depósito em Garantia	-	212.517,33	212.517,33
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>2.696.315,74</b>	<b>2.696.315,74</b>

9.3 Títulos e Créditos a Receber

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Valores a receber - Aluguel SIPAG 2.0	66.043,52	-	66.043,52
<b>TOTAL</b>	<b>66.043,52</b>	<b>-</b>	<b>66.043,52</b>

10. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
IRPJ não compensado no próprio exercício	-	75.095,94	75.095,94
CSLL não compensado no próprio exercício	-	27.581,62	27.581,62
Contribuição Social - antecipações - a compensar	-	96.029,06	96.029,06
IRPJ - antecipações - a compensar	-	185.921,47	185.921,47
ISS - imposto s/serviços - a compensar	-	75,00	75,00
PIS - a compensar	-	7.260,68	7.260,68
IOF - a compensar	-	107,25	107,25
Valores a restituir - PERDCOMP	-	952.649,24	952.649,24
Outros Impostos e Contribuições a Compensar	-	33.620,31	33.620,31
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>1.378.340,57</b>	<b>1.378.340,57</b>

11. Outros Ativos

Os outros ativos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	38.936,50	-	38.936,50
Adiantamentos para Pagamentos de nossa Conta	25.877,99	-	25.877,99
Devedores Diversos - País (11.1)	113.189,53	-	113.189,53
Ativos não Financ Mantidos para Venda - Recebidos (11.2)	629.939,49	486.743,00	1.116.682,49
(-) Prov Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda - Rec. (11.2)	(143.231,12)	(93.000,00)	(236.231,12)
Despesas Antecipadas (11.3)	1.447.631,45	-	1.447.631,45
<b>TOTAL</b>	<b>2.112.343,84</b>	<b>393.743,00</b>	<b>2.506.086,84</b>

11.1 Devedores Diversos

Em Devedores Diversos estão registrados:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar	64.828,95	-	64.828,95
Pendências a Regularizar - Banco Sicoob	1.851,62	-	1.851,62
Diferença de Caixa	38.479,00	-	38.479,00
Estoque de Pontos	6.867,58	-	6.867,58
Proagro Adicional	1,31	-	1,31
Outros Devedores Diversos	1.161,07	-	1.161,07
<b>TOTAL</b>	<b>113.189,53</b>	<b>-</b>	<b>113.189,53</b>

11.2 Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda

Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos em pagamento de operações de crédito com associados, não destinados a uso próprio e não estão sujeitos a depreciação ou correção.

Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em "Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos".

11.3 Despesa Antecipadas

Em Despesa Antecipadas estão registrados:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Prêmios de Seguros	40.187,47	-	40.187,47
Aluguéis	10.683,06	-	10.683,06
Processamento de Dados	118.723,03	-	118.723,03
Vale Refeição e Alimentação	312.000,00	-	312.000,00
Contribuições a Fundos	872.901,12	-	872.901,12
Outras Despesas Pagas Antecipadamente	93.136,77	-	93.136,77
<b>TOTAL</b>	<b>1.447.631,45</b>	<b>-</b>	<b>1,447.631,45</b>

12. Imobilizado de Uso

Os montantes do imobilizado de uso estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025			
	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido
Imobilizado em Curso (a)	-	2.644.063,86	-	2.644.063,86
Terras	-	5.470.709,30	-	5.470.709,30
Edificações	4%	6.506.017,78	(2.072.288,29)	4.433.729,49
Instalações	10%	1.505.713,53	(881.627,89)	624.085,64
Móveis e equipamentos de Uso	10% - 20%	9.432.366,21	(5.574.024,76)	3.858.341,45
Veículos	20%	46.709,27	(32.966,60)	13.742,67
Beneficentários em Imóveis de Terceiros	-	5.472.051,85	(407.841,94)	5.064.209,91
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>31.077.631,80</b>	<b>(8.968.749,48)</b>	<b>22.108.882,32</b>

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

13. Depósitos

Abaixo, composição dos depósitos mensurados ao custo amortizado:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Custo Amortizado</b>			
Depósitos à Vista (a)	192.151.826,30	-	192.151.826,30
Depósitos de Poupança	550.524,48	-	550.524,48
Depósitos Sob Aviso (b)	24.170,13	-	24.170,13
Depósitos a Prazo (c)	595.372.358,81	895.011,76	596.267.370,57
Outros Depósitos	110.000,00	-	110.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>788.208.879,72</b>	<b>895.011,76</b>	<b>789.103.891,48</b>

a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeira, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ - com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares - pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em "Dispêndios de captação no mercado".

13.1 Concentração dos Principais Depositantes

Descrição	31/12/2025	% Carteira Total
Maior Depositante	41.038.948,19	4,03%
10 Maiores Depositantes	157.766.835,68	15,48%
50 Maiores Depositantes	303.760.314,31	29,80%

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

13.2 Despesas com Operações de Captação de Mercado

Descrição	31/12/2025
Despesas de Poupança	(4.315,40)
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(3.051,28)
Despesas de Depósitos a Prazo	(84.885.721,50)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(26.459.948,88)
Despesas de Letras de Crédito do Imobiliário	(8.859,69)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(1.492.207,65)
<b>TOTAL</b>	<b>(112.854.104,38)</b>

14. Outros Instrumentos de Dívida

Os outros instrumentos de dívida são compostos pelos recursos provenientes de emissões de letras e pelos instrumentos de dívida com cláusulas de subordinação, sendo mensurados ao custo amortizado, conforme apresentados abaixo:

14.1 Recursos por Emissões de Letras

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	241.761.064,81	2.678.537,64	244.439.602,45
<b>TOTAL</b>	<b>241.761.064,81</b>	<b>2.678.537,64</b>	<b>244.439.602,45</b>

As Letras de Crédito do Agronegócio - LCA, que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004).

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 13.2 - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

15. Relações Interfinanceiras

São mensuradas ao custo amortizado e demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades inclusive Capital de Giro. A garantia oferecida é a caução dos títulos de crédito dos associados beneficiados.

15.1 Repasses Interfinanceiros

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos do Banco Sicoob	68.177.835,06	25.576.607,88	94.154.442,94
(-) Despesas a Apropriar - Recursos do Banco Sicoob	(5.022.087,38)	(4.040.721,40)	(9.062.808,78)
Recursos da Central	5.587.592,76	1.437.834,96	7.025.427,72
(-) Despesas a Apropriar - Recursos da Central	(388.185,84)	(150.610,28)	(538.796,12)
<b>TOTAL</b>	<b>68.355.154,60</b>	<b>23.223.111,16</b>	<b>91.578.265,76</b>

As taxas de juros praticadas nas operações interfinanceiras com o Banco Sicoob correspondem a uma média de 8,62% ao ano, com vencimento até 30/11/2035. As operações com Recursos da Central correspondem a uma taxa média de 1,19% ao ano, com vencimento até 26/02/2031.

15.2 Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses

Instituições	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	-	(6.133.473,02)	(6.133.473,02)
Cooperativa Central	-	(354.741,05)	(354.741,05)
Outras Instituições	-	(1.811,43)	(1.811,43)
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>(6.490.025,50)</b>	<b>(6.490.025,50)</b>

16. Outros Passivos

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem, são compostos assim:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Empréstimos e Repasses (16.1)	-	426.852,29	426.852,29
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (16.2)	311.964,52	-	311.964,52
Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas (16.3)	1.830.720,90	-	1.830.720,90
Outras Obrigações (16.5)	10.719.046,01	-	10.719.046,01
<b>TOTAL</b>	<b>12.861.731,43</b>	<b>426.852,29</b>	<b>13.288.583,72</b>

16.1 Obrigações por Empréstimos e Repasses

Instituições	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Banco Sicoob	-	426.852,29	426.852,29
<b>TOTAL&lt;/</b>			

... CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR

**16.4 Composição dos Saldos de Outras Obrigações Fiscais**

A seguir, a composição dos saldos de outras obrigações fiscais, correntes e diferidas:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
IRRF sobre Aplicações Financeiras	600.791,63	-	600.791,63
ISSQN a Recolher	21.596,62	-	21.596,62
IRRF sobre Juros ao Capital	52.003,94	-	52.003,94
<b>TOTAL</b>	<b>674.392,17</b>		<b>674.392,17</b>

**16.5 Outras Obrigações**

Os saldos de outras obrigações, são assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Sociais e Estatutárias (16.6)	8.193.700,65	-	8.193.700,65
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (16.7)	1.440.217,45	-	1.440.217,45
Credores Diversos - País (16.8)	1.068.141,30	-	1.068.141,30
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	15.205,83	-	15.205,83
Recursos em Trânsito de Terceiros (16.9)	1.780,78	-	1.780,78
<b>TOTAL</b>	<b>10.719.046,01</b>		<b>10.719.046,01</b>

**16.6 Passivos Sociais e Estatutárias**

A seguir, a composição dos saldos de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão para Participações nos Resultados (a.1)	1.683.843,62	-	1.683.843,62
Gratificações a Dirigentes	629.173,35	-	629.173,35
Sobras Líquidas a Distribuir	8,40	-	8,40
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	1.463.202,69	-	1.463.202,69
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.3)	4.417.472,59	-	4.417.472,59
<b>TOTAL</b>	<b>8.193.700,65</b>		<b>8.193.700,65</b>

a.1) A Participação dos empregados nos Resultados está consubstanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva. A Cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados em resultado e essa, modalidade de remuneração variável não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à performance da Cooperativa. A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho;

a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

a.3) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos Associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de FATES para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764/1971.

**16.7 Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros**

O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada por meio de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.

**16.8 Credores Diversos**

Os saldos em Credores Diversos - País referem-se:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar Banco Sicoob	16.213,48	-	16.213,48
Valores a Repassar à Cooperativa Central	101.538,76	-	101.538,76
Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação	103.716,24	-	103.716,24
Credores Diversos-Liquidação Cobrança	154.136,68	-	154.136,68
Diferença de Caixa	8.532,61	-	8.532,61
Valor a Pagar de Honras pelos Fundos Garantidores	230.498,59	-	230.498,59
Pendências a Regularizar	398.738,31	-	398.738,31
Desconto Folha Ppto - Crédito Consignado	1.810,12	-	1.810,12
Outros Credores Diversos - País	52.956,51	-	52.956,51
Valores a Liquidar - Crédito do Trabalhador	50,18	-	50,18
<b>TOTAL</b>	<b>1.068.191,46</b>		<b>1.068.191,46</b>

**16.9 Recursos em Trânsito de Terceiros**

Os recursos em trânsito de terceiros que não sejam decorrentes de relação interdependência, são assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Cobrança de Terceiros em Trânsito	300,00	-	300,00
Convênio - Energia Elétrica E Gás	572,40	-	572,40
Convênio - Saneamento	813,38	-	813,38
Convênio - Telefonia Recarga On-Line	30,00	-	30,00
Convênio - Recarga De Serviços Verticais	65,00	-	65,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.780,78</b>		<b>1.780,78</b>

**17. Provisões**

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões e outras Obrigações com Instrumentos Financeiros (17.1)	2.111.507,50	-	2.111.507,50
Provisão para Pagamento a Efetuar (17.2)	3.308.691,72	-	3.308.691,72
Provisão para Contingências (17.4)	-	2.698.273,85	2.698.273,85
<b>TOTAL</b>	<b>5.420.199,22</b>	<b>2.698.273,85</b>	<b>8.118.473,07</b>

**17.1 Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros**

Em provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros estão registradas:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar	1.256.111,72	-	1.256.111,72
Garantias Financeiras Prestadas (a)	855.395,78	-	855.395,78
<b>TOTAL</b>	<b>2.111.507,50</b>		<b>2.111.507,50</b>

a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme determina a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos Associados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021. Em 31 de dezembro de 2025, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2025	
Coobrigações Prestadas	70.769.054,96	
Outras Fianças Bancárias	381.943,58	
<b>TOTAL</b>	<b>71.150.998,54</b>	

**17.2 Provisão para Pagamentos a Efetuar**

As Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registradas da seguinte forma:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Despesas de Pessoal	1.828.129,60	-	1.828.129,60
Custos de Transações Interfinanceiras	34.964,65	-	34.964,65
Seguro Prestamista	530.102,05	-	530.102,05
Despesas com Cartões	405.211,88	-	405.211,88
Valores a Pagar - Domicílio Bancário	165.907,90	-	165.907,90
Segurança e Vigilância	54.853,02	-	54.853,02
Manutenção e Conservação de Bens	4.577,34	-	4.577,34
Transporte	31.274,30	-	31.274,30
Compensação	37.229,55	-	37.229,55
Aluguéis	5.906,80	-	5.906,80
Outras Provisão para Pagamentos a Efetuar	210.534,63	-	210.534,63
<b>TOTAL</b>	<b>3.308.691,72</b>		<b>3.308.691,72</b>

**17.3 Provisão para Contingências**

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis,

classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às Demandas Judiciais:

**17.4 Composição da Provisão para Contingências**

Descrição	31/12/2025	
	Provisão para Contingências	
PIS	412.227,03	
COFINS	2.023.141,34	
Outras Contingências	262.905,48	
<b>TOTAL</b>	<b>2.698.273,85</b>	

**17.5 Depósitos Judiciais - Ativo**

Descrição	31/12/2025	
	Depósitos Judiciais	
PIS	412.227,03	
COFINS	2.023.141,34	
Interposição de Recursos Fiscais Lei 9.703/98	48.430,04	
Outros	212.517,33	
<b>TOTAL</b>	<b>2.696.315,74</b>	

**17.6 Movimentação das Provisões para Contingências**

Descrição	Cível		Tributário		Total
Saldo em 01 janeiro de 2025	-	-	5.099.807,69	-	5.099.807,69
Constituição da provisão	214.625,44	-	-	-	214.625,44
Reversão da provisão	-	-	(2.762.137,44)	-	(2.762.137,44)
Atualização durante o exercício	-	-	145.978,16	-	145.978,16
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>214.625,44</b>		<b>2.483.648,41</b>		<b>2.698.273,85</b>

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB 31 de dezembro de 2025, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 231.561,24. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

**18. Patrimônio Líquido**

**18.1 Capital Social**

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus Associados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2025	
Capital Social	22.443.272,04	
Associados	28,442	

**18.2 Fundo de Reserva Legal**

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

No período de 31 de dezembro de 2025 os saldos de capital, de remuneração de capital ou de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos após decorridos 5 (cinco) anos da demissão, da eliminação ou da exclusão foram revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, conforme Lei Complementar nº 196/2022, totalizando R\$ 134,12.

Essa movimentação está evidenciada na DMPL na linha de "Outros Eventos/Reservas".

**18.3 Sobras Acumuladas**

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 08 de abril de 2025 em conformidade com o artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 da seguinte forma:

• Para Fundo de Reserva, no valor de R\$ 4.684.692,30;

• Para Conta Corrente, no valor de R\$ 3.500.000,00.

**18.4 Destinações Estatutárias e Legais**

A seguir, apresentamos as destinações estatutárias e legais, bem como as sobras ou perdas à disposição da Assembleia Geral.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.966/2021, a cooperativa reconheceu, na adoção inicial, um ajuste de transição no Patrimônio Líquido, correspondente à reclassificação e mensuração de instrumentos financeiros e provisões para perdas esperadas. Esse ajuste, embora contabilmente registrado em sobras ou perdas acumuladas, foi evidenciado nesta nota para fins de transparência na apuração da sobra líquida base de cálculo das destinações estatutárias, conforme quadro a seguir:

Descrição	Valores
Sobras do Exercício em 31/12/2025 Antes dos Juros ao Capital	51.564.500,60
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio	(2.775.391,12)
<b>Sobra do Exercício em 31/12/2025 antes do Ajuste da Res. CMN nº 4.966/2021</b>	<b>48.789.109,48</b>
Efeito do ajuste de Transição da Resolução CMN nº 4.966/2021 (Nota 4)	(2.979.744,70)
Reversão da Reserva/Fundo para Absorção do Ajuste da Res. CMN nº 4.966/2021 (a)	2.979.744,70
<b>Sobra Líquida do Exercício em 31/12/2025 após o Ajuste da Res. CMN nº 4.966/2021</b>	<b>48.789.109,48</b>
Reversão devido utilização do FATES - CCI 797/2020 - AC	1.721.589,37
<b>Sobra líquida, base de cálculo das destinações</b>	<b>50.510.698,85</b>
Destinação para o Fundo de Reserva (70%) (b)	(35.357.489,20)
Destinação para o FATES - atos cooperativos (5%) (c)	(2.525.534,94)
<b>Sobra à disposição da Assembleia Geral</b>	<b>12.627.674,71</b>

a) A Cooperativa constituiu um Fundo de Contingência, com recursos provenientes das sobras de exercícios anteriores, com a finalidade de absorver os efeitos do ajuste de transição registrados em sobras ou perdas acumuladas, decorrentes da aplicação dos critérios contábeis introduzidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021.

b) 70% para o Fundo de Reserva, apurado sobre as sobras líquidas da provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e do FATES de Ato Não Cooperativo (quando positivo), e é destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento das atividades da cooperativa. A AGO poderá determinar destinação de recurso adicional ao Fundo de Reserva, além das destinações previstas no Estatuto Social.

c) 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), apuradas sobre as sobras líquidas da provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e do FATES Ato Não Cooperativo, e é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto no estatuto social, aos empregados da Cooperativa.

**18.5 Juros ao Capital Próprio**

A Cooperativa remunerou os juros ao capital próprio ao associado, no percentual de 100% da taxa Selic para o exercício de 31/12/2025, no montante de R\$ 2.775.391,12. Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020, limitado a 100% da taxa referencial Selic.

**19. Resultado de Atos Não Cooperativos**

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

O resultado de atos não cooperativos possui a seguinte composição:

Descrição	31/12/2025
Receita de Prestação de Serviços	5.613.755,40
Despesas Específicas de Atos Não Cooperativos	(472.526,92)
Despesas Apropriadas na Proporção das Receitas de Atos Não Cooperativos	(893.223,77)
<b>Resultado Operacional</b>	<b>4.248.004,71</b>
Receitas (despesas) Não Operacionais, Líquidas	(566.338,94)
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	<b>3.681.665,77</b>
IRPJ/CSLL	(493.801,58)
Deduções de Receitas com Associados - Res. Sicoob 129/16 e 145/16; CCI1.762/25 (a.1 e a.2)	(3.217.246,58)
<b>Resultado de Atos Não Cooperativos (lucro líquido)</b>	<b>(29.382,39)</b>

... CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR

a.1) Saldo composto por rendas de comissionamento auferidas na comercialização pela cooperativa de produtos de terceiros aos seus associados (consórcios, seguros e maquininhas de cartões - SIPAG). Tais rendas compõe a base de tributação, por questões específicas à legislação tributária, contudo, por se originarem do relacionamento com os associados da cooperativa, não são destinadas ao Fates de Resultados com Não associados.

a.2) Saldo composto pela receita de juros sobre o capital próprio recebida do Banco Sicoob, a qual integra a base de tributação em razão de disposições específicas da legislação tributária. Contudo, por não corresponder à prestação de serviços ou à entrega de produtos a terceiros, nos termos do art. 87 da Lei nº 5.764/1971, tal receita não se destina ao Fates de Resultados com Não Associados.

**20. Despesas da Intermediação Financeira**

Descrição	31/12/2025
Despesas de Captação	(112.854.104,38)
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses	(6.490.025,50)
<b>TOTAL</b>	<b>(119.344.129,88)</b>

**21. Rendas de Tarifas**

Descrição	31/12/2025
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	2.639.974,65
Rendas de Serviços Prioritários - PF	575.719,61
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	23.413,64
Rendas de Serviços Especiais - PF	474,40
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	1.248.113,22
Rendas de Outras Tarifas - PJ	1.109.318,30
<b>TOTAL</b>	<b>5.598.013,82</b>

**22. Receitas de Prestação de Serviços**

Descrição	31/12/2025
Rendas de Cobrança	1.691.997,27
Rendas por Serviços de Pagamento - Outros Serviços Relacionados a Transações de Pagamento	1.616.888,66
Rendas de Convênios	239.211,33
Rendas de Comissão de Outros Serviços	4.784,92
Rendas de Outros Serviços	766.052,69
Rendas de Comissão de Seguros	2.829.681,64
Rendas de Comissão de Previdência	2.548,31
Rendas com Outras Comissões Comerciais e sobre Serviços	1.400.357,93
Rendas de Tarifa Anuidade Cartão de Crédito	832.921,39
Rendas de Outras Tarifas de Cartões	34.622,00
Rendas de Tarifas de Intercâmbio	4.245.514,07
Rendas Aluguel Equipamentos de Transações de Pagamentos	798.749,06
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento	887.025,88
<b>TOTAL</b>	<b>15.350.355,18</b>

**23. Despesas de Pessoal**

Descrição	31/12/2025
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(193.106,13)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(2.562.014,12)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(5.111.144,18)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(3.569.815,56)
Despesas de Pessoal - Proventos	(8.409.282,20)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(20.064,20)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(322.701,08)
<b>TOTAL</b>	<b>(20.188.127,47)</b>

**24. Outras Despesas Administrativas**

Descrição	31/12/2025
Despesas de Água, Energia e Gás	(103.620,49)
Despesas de Aluguéis	(1.171.558,38)
Despesas de Comunicações	(682.542,50)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(1.177.909,69)
Despesas de Material	(192.016,67)
Despesas de Processamento de Dados	(2.671.315,61)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(995.611,10)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(273.433,18)
Despesas de Publicações	(109,48)
Despesas de Seguros	(151.175,62)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.830.662,84)
Despesas de Serviços de Terceiros	(850.944,09)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(912.682,19)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(832.336,15)
Despesas de Transporte	(564.787,69)
Despesas de Viagem no País	(107.548,06)
Despesas de Depreciação	(1.425.469,17)
Outras Despesas Administrativas (24.1)	(3.203.046,32)
<b>TOTAL</b>	<b>(17.146.769,23)</b>

**24.1 Outras Despesas Administrativas**

Os saldos das outras despesas administrativas estão compostos:

Descrição	31/12/2025
Condomínio	(886,23)
Contribuição Sindical Patronal	(3.087,73)
Emolumentos Judiciais e Cartorários	(407.238,55)
Copa/Cozinha	(19.972,17)
Lanches e Refeições	(405.559,38)
Uniformes e Vestuários	(40.584,80)
Contribuição a OCE	(81.322,02)
Mensalidades Diversas	(44.640,76)
Rateio de Despesas da Central	(1.298.986,00)
Rateio de Despesa ADM do Sicoob - Confederação	(288.756,21)
Contribuição Confederativa	(19.907,89)
Disp. Centro de Serv. Compart. - CCS	(412.659,64)
Outras Despesas Indedutíveis	(10.752,70)
Outras Despesas Administrativas	(68.692,24)
<b>TOTAL</b>	<b>(3.203.046,32)</b>

**25. Despesas Tributárias**

Descrição	31/12/2025
Despesas Tributárias	(83.152,86)
Disp. Impostos s/ Serviços - ISS	(173.976,53)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(80.655,32)
<b>TOTAL</b>	<b>(337.784,71)</b>

**26. Outras Despesas Operacionais**

Descrição	31/12/2025
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento	(5.873.530,86)
Outras Contribuições Diversas	(131.524,35)
Perdas - Fraudes Externas	(53.158,23)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(1.715.908,79)
Outras Despesas e Dispêndios Operacionais	(1.165.999,64)
<b>TOTAL</b>	<b>(8.940.121,87)</b>

**27. Outros Receitas Operacionais**

Descrição	31/12/2025
Recuperação de Encargos e Despesas	1.559.690,13
Distribuição de Sobras da Central	102.194,43
Atualização Depósitos Judiciais	157.820,52
Rendas de Repasses Interfinanceiros	422.769,45
Rendas oriundas de Cartões de Crédito e Adquirência	2.560.023,70
Juros ao Capital	3.124.861,61
Outras Rendas Operacionais	14.291,10
Rendas de Aluguéis	750,00
<b>TOTAL</b>	<b>7.942.400,94</b>

**28. Despesas com Provisões**

Descrição	31/12/2025
Provisões para Contingências Cíveis	(214.625,44)
Provisões para Outras Contingências	(145.978,16)
<b>Provisões/Reversões para Contingências</b>	<b>(360.603,60)</b>
Provisões para Garantias Prestadas	(999.215,00)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	983.104,75
<b>Provisões/Reversões para Garantias Prestadas</b>	<b>(16.110,25)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>(376.713,81)</b>

**29. Outras Receitas e Despesas**

Descrição	31/12/2025
Lucros na Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos para a Venda - Recebidos	15.000,00
Ganho de Capital	12.897,68
<b>Receitas não Operacionais</b>	<b>27.897,68</b>
c) Prejuízo na Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos Para a Venda Recebidos	(272.600,00)
c) Desvalorização de Ativos não Financeiros Mantidos Para a Venda Recebidos	(143.231,12)
c) Perda de Capital	(153.214,35)
c) Descontos Concedidos - Operações Renegociadas	(25.191,15)
<b>c) Despesas não Operacionais</b>	<b>(594.236,62)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>(566.338,94)</b>

**30. Resultado Não Recorrente**

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes no período de 31/12/2025.

**31. Partes Relacionadas**

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 07/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

**31.1 Transações com Partes Relacionadas e Remuneração de Pessoal Chave da Administração**

As operações com tais partes relacionadas e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são deliberadas em última alçada de aprovação, no âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

O pessoal-chave de administração inclui os conselheiros e diretores, anualmente são deliberados os montantes de remuneração, benefícios e plano de previdência complementar na Assembleia Geral Ordinária, em cumprimento à Lei 5.764/1971 artigo 44 e artigo 5 da Lei Complementar nº 130/2009.

Natureza da Operação	31/12/2025
<b>Operações Ativas</b>	
Operação de crédito	3.677.181,53
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	4.458,40
Empréstimos	1,45%
Empréstimos	36
<b>Operações Passivas</b>	
Depósitos	4.489.828,40
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	7.784.028,67
Aplicação Financeira - Pós Fixada (%CDI)	98,90%
Taxa Média - LCA (a.m.)	1,18%
Aplicação Financeira - Pós Fixada (%CDI)	151
Prazo Médio - LCA (meses)	12
<b>Garantias prestadas</b>	<b>5.828.033,45</b>
<b>Capital social</b>	<b>305.609,15</b>
<b>Remuneração</b>	<b>(3.334.447,00)</b>
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(2.150.529,54)
Encargos sociais	(814.345,48)
Benefícios	(369.571,98)

**31.2 Cooperativa Central**

O SICOOB NOSSOCRÉDITO, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiado à SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB NOSSOCRÉDITO responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:

Descrição	31/12/2025
<b>Operações Ativas</b>	
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira - Nota 6.5	653.994.595,27
Ativo - Participações de Cooperativas - Nota 6.2	25.211.584,41
Ativo - Rendimentos Centralização Financeiras a Receber - Nota 9.1	8.345.365,11
<b>Total de Operações Ativas</b>	<b>687.551.544,79</b>
<b>Operações Passivas</b>	
Passivo - Repasses Interfinanceiros - Nota 15.1	6.486.631,60
<b>Total de Operações Passivas</b>	<b>6.486.631,60</b>
<b>Receitas</b>	
Ingressos de Depósitos Intercooperativos - Nota 5	84.416.448,19
<b>Despesas</b>	
Rateio de Despesas da Central - Nota 24.1	(1.298.986,00)

**32. Índice de Basileia**

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021 e Resolução CMN nº 5.194/2024, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	Valores
Patrimônio de referência (PR)	202.539.788,36
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	753.811.223,46
Índice de Basileia (mínimo 12%) %	26,86%
Imobilizado para cálculo do limite	22.108.882,32
Índice de imobilização (limite 50%) %	10,92%

**33. Gerenciamento de Risco**

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos, é aprovada pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, social, ambiental e climático, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, cibernético e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

...CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

### 33.1 Risco Operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

### 33.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

### 33.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3, S4 e S5.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico ( $\Delta E$ ): diferença entre o valor presente do reaparecimento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reaparecimento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira ( $\Delta NI$ ): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;

- b) os limites máximos do risco de mercado (RW&mpad);

- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;

- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;

- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;

- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);

- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;

- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;

- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);

- j) resultado dos testes de estresse.

### 33.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade de a entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos a órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

- a.1) limite mínimo de liquidez;

- a.2) fluxo de caixa projetado;

- a.3) aplicação de cenários de estresse;

- a.4) definição de planos de contingência.

- b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

- c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

### 33.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

O gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

A partir dos princípios e diretrizes estabelecidos na Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do Sicoob, é possível nortear as análises de relevância das exposições aos riscos social, ambiental e climático, considerando os seguintes conceitos:

**Risco Social:** o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos fundamentais nas relações de negócios e para todas as pessoas, observando impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

**Risco Ambiental:** o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos negativos e perdas em decorrência de danos causados ao meio ambiente por agentes físicos, químicos e/ou biológicos que possam afetar a reputação e os negócios do Sicoob.

**Risco Climático:** o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos físico e de transição.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, de acordo com os critérios de elegibilidade, avaliação e monitoramento e divulgados nos manuais internos, observando a combinação de setores de maior risco, valores de exposição e existência de embargos ambientais, possibilitando a análise de associados com predisposição aos riscos desta natureza, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

De modo a observar a propensão ao risco das atividades econômicas das contrapartes, foi elaborada a Lista de Setores Sensíveis e a Lista de Exclusão, considerando os impactos causados ao meio ambiente e na sociedade como um todo, acidentes de trabalho, exposições em mídia, fontes de receita, sensibilidade da legislação aplicável no exercício das atividades, práticas de mercado, apetite a risco institucional e risco de imagem.

O limite de concentração da exposição em setores sensíveis é de 15% (quinze por cento), considerando o saldo devedor dos setores, de forma consolidada, sobre a carteira total da cooperativa.

### 33.6 Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas.

### 33.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;

- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;

...CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR

- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO), Plano de Recuperação de Desastre (PRD) e Plano de Emergência (PEM).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

**33.8 Risco Cibernético**

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

As diretrizes para o gerenciamento do risco cibernético estão definidas na Política Institucional de Risco Cibernético e no Manual de Risco Cibernético, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e procedimentos padronizados para as entidades do Sicoob.

A área de Risco Cibernético realiza monitoramentos essenciais, acompanha vulnerabilidades e incidentes cibernéticos, além de participar de fóruns específicos sobre o tema, contribuindo para o desenvolvimento de suas funções e para a proteção dos ativos digitais do Sicoob. Adicionalmente, são realizadas pesquisas periódicas da maturidade cibernética de todo o sistema Sicoob, o que possibilita a avaliação e a priorização de ações, medidas e controles para mitigação de riscos cibernéticos e de segurança da informação.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bianualmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

**34. Seguros Contratados – Não Auditado**

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

**SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO-MG**

**RODRIGO MOURA PIMENTA**  
DIRETOR EXECUTIVO ADM.

**ROGÉRIO DE PARIZ LOGUERCIO**  
DIRETOR EXECUTIVO DE RISCO CONTROLE E COMPLIANCE

**VANDERLI DOS REIS AMARAL**  
DIRETORA EXECUTIVA DE NEGÓCIOS

**WILLIANE FERNANDA BARROSO**  
CONTADORA - CRC/MG-092.906

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da COOPERATIVA DE CRÉDITO NOSSOCRÉDITO LTDA - SICOOB NOSSOCRÉDITO, CNPJ: 22760839

São Sebastião do Paraíso – MG

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito Nossocrédito Ltda - Sicoob Nossocrédito, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Nossocrédito em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase - Informações Comparativas**

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.1 (b) às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que considera a dispensa da apresentação, nas demonstrações contábeis referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966/2021 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de

segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 02 de março de 2026.



Alexandre Gomes Ribeiro de Faria  
Contador CRC -MG 78.210/O

**PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO NOSSOCRÉDITO LTDA – SICOOB Nossocrédito**

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito Nossocrédito Ltda – SICOOB Nossocrédito, reunido em 27 de fevereiro de 2026, em cumprimento ao art. 53, Inciso IV, do Estatuto Social, declara para os devidos fins legais e estatutários, que procedeu a minucioso exame os documentos e peças contábeis que compreendem o Balanço Geral relativo ao exercício de 2025 e encontrou tudo na mais perfeita ordem.

Em nossa opinião as informações constantes nos respectivos documentos representam a real posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Nossocrédito Ltda - SICOOB Nossocrédito.

Assim, somos unânimes e favoráveis à aprovação das contas.

São Sebastião do Paraíso – MG, 27 de fevereiro de 2026.

**LUIZ CARLOS PEDROSO**  
Conselheiro Fiscal - Coordenador

**ROSEMEYRE SANTOS RIBEIRO PINTO**  
Conselheira Fiscal - Secretária

**FAUSTO ORNELAS MOREIRA**  
Conselheiro Fiscal - Efetivo

**MARIA HORTÊNCIA DE SOUZA**  
Conselheira Fiscal - Suplente

Identificador do arquivo: 0746410366ecb0afb7684153639021ad92f3d61cbebe54f0d43f77c9d7f56 - Senha de acesso: e667e5  
Documento assinado eletronicamente, conforme art. 10, §2º, da MP 2.200-2/01  
Para confirmar a autenticidade acesse: <https://www.sicoob.com.br/web/sicoob/autenticidade-de-documentos>

Documento Original com 1 Página(s)  
Gerado eletronicamente via Sisbr  
Página de Assinaturas 1 de 1

Senha de acesso: e667e5  
Identificador do arquivo: 0746410366ecb0afb7684153639021ad92f3d61cbebe54f0d43f77c9d7f56  
Documento assinado eletronicamente, conforme art. 10, §2º, da MP 2.200-2/01  
Para confirmar a autenticidade acesse: <https://www.sicoob.com.br/web/sicoob/autenticidade-de-documentos>

Assinaturas Registradas	Data/Hora	IP/Porta/Dispositivo
<b>ROSEMEYRE SANTOS RIBEIRO PINTO</b> CPF 285.625.008-82 - MEMBROS DO CONSELHO FISCAL SISBR: rosemeyres3172_00 699448c09b1b74850e684248a028053ea9989dc2a8333491192c5844d1cb2b1	27/02/2026 12:20:34	
<b>FAUSTO ORNELAS MOREIRA</b> CPF 030.141.416-58 - MEMBROS DO CONSELHO FISCAL SISBR: faustoo3172_00 7c3442c817f0985820209613fc73e7b76068d238b66f35f1c06e9d243c3953	27/02/2026 12:21:19	
<b>LUIZ CARLOS PEDROSO</b> CPF 444.100.428-53 - COORDENADOR SISBR: luizp3172_00 82d6b7857af454d8983dc73983d30796b18e1b67824400133230ba52c8f72363	27/02/2026 16:53:56	
<b>MARIA HORTENCIA DE SOUZA</b> CPF 272.218.118-49 - MEMBROS DO CONSELHO FISCAL SISBR: mariah3172_00 9edee12c8b772327904697701238190ba834a40706a48ba3a9f00baee918	03/03/2026 09:50:38	

Conselho de Administração	
Leonardo Lima Diogo	Presidente do Conselho de Administração
Carlos Roberto Maia	Conselheiro
Daiva Maria de Queiroz	Conselheiro
Jairo Montaldi	Conselheiro
João Carlos Pieroni	Conselheiro
José Natal de Medeiros	Conselheiro
Mozair Ferreira Lara	Conselheiro
Conselho Fiscal	
Rosemeyre Santos Ribeiro Pinto	Conselheira Fiscal - Secretária
Fausto Ornelas Moreira	Conselheiro Fiscal - Efetivo
Luiz Carlos Pedroso	Conselheiro Fiscal - Coordenador
Maria Hortencia De Souza	Conselheira Fiscal - Suplente
Diretoria Executiva	
Rodrigo Moura Pimenta	Diretor Executivo Administrativo
Rogério de Pariz Loguercio	Diretor Executivo de Risco, Controle e Compliance
Vanderli dos Reis Amaral	Diretora Executiva de Negócios

**SICOOB**  
Nossocrédito

**COOPERATIVA DE CRÉDITO NOSSOCRÉDITO LTDA.**  
SICOOB NOSSOCRÉDITO  
CNPJ - 22.760.839/0001-60

# Classificados

Fechamento: Quinta-feira, 15 horas

Número: 2166

**TARDE DO FLASHBACK**  
No Club Recreativo Aquinense - em comemoração ao mês da Mulher!  
**Dia 22 /03**  
das 15 às 18:00  
**ENTRADA GRATUITA**  
Com Equipe **DJ André**  
Atenção: Quem quiser doar 1kg de alimento não perecível, será doado ao Lar São Vicente de Paulo  
Apoio: Leí Aldir Blanc Secretária de Cultura

**PRECISANDO DE MOTORISTA PARA VIAGENS:**  
Ligue para o CRUVINEL, 99111-4263, mais de 20 anos de experiência dirigindo VAN.

**OPORTUNIDADE DE TRABALHO**  
Você possui habilidades em vendas? Estamos em busca de Representante autônomo no ramo Pet e outros, podendo trabalhar com pastas de outras empresas. Contato: (35) 3591-4231 e (35) 99144-7679

## IMÓVEIS

Corretor Alziro Freitas de Camargo

Creci 14167  
(Vivo 35-9.9915-1593) - (Claro 35-9.8417-3949) (TIM 35-9.9157-3385 - Whatsapp)

<b>PREÇOS</b> R\$ 1.200.000 R\$ 75 mil R\$ 600 mil R\$ 55 mil R\$ 90 mil R\$ 130 mil R\$ 115 mil R\$ 150 mil R\$ 90 mil R\$ 220 mil R\$ 270 mil R\$ 280 mil R\$ 300 mil R\$ 480 mil R\$ 550 mil R\$ 600 mil 1,3 Milhões 1,4 Milhões	<b>LOTES</b> Área comercial, localizada em avenida com grande movimento, 2020m2 Lote Resid. Nascente do Paraíso, 250m2, plano, asfaltado, bem localizado. 8 lotes juntos no Resid. Nascente do paraíso, cada um com 250m2, planos, vende junto ou separado. Terr. Jd Hortensias, 200m2, esquina, topografia boa, rua asfaltada Terreno São Judas, 250m2 Terreno Jd de Versalhes, 250m2 Terreno California Garden, 250m2, alicerce de muros prontos Terreno 250m2 em Av comercial, todo murado	<b>RURALS</b> Chácara Cond Cachoeira, vazia, 2250m2, com escritura. Chácara Cond Campo Alegre, 2250m2, Chácara Cond Cachoeira, casa com 02 qtos, sala, cozinha, banheiro, árvores frutíferas, área de 2.250,00m2 Sítio em Monte Santo de Minas, 1,5 alqueires, casa simples, 03 açudes, rio nos fundos, formado em pasto, topografia plana Sítio em Monte Santo de Minas, 1,8 alqueires, formado em café Chácara Cond Cachoeira, casa com 03 qtos (suíte), sala, cozinha, banheiro social, varandas, árvores frutíferas, área de 2.600,00m2 Sítio 5+1/4 alqueires, casa simples, energia, água de mina, pasto Sítio 7 alqueires, plano, bom de água, energia elétrica passa na propriedade, formado em brachiário, pode plantar café Sítio 10 Alqueires, estrada p/Jacuí, água, energ. elétrica, casa boa, casa de caseiro, barracão, tuia. Sítio 5,8 Alqueires, estrada p/São Tomás de Aquino, terra de cultura vermelha, água de mina, energ. elétrica, casa sede boa, área de churrasco, casa de caseiro, pomar, terreirão, barracão, tuia, feito CAR.	<b>APARTAMENTOS RESIDÊNCIAS</b> Casa Bairro Veneza, 02 qtos, sala, cozinha, banheiro Casa Vila Mariana, 02 qtos, sala, cozinha, banheiro Casa Bairro Santa Tereza, 02 qtos, 02 salas, cozinha, banheiro, garagem e lavanderia cobertas. Casa Lot São Sebastião, 02 qtos, sala, cozinha, banheiro social, lavanderia COB, terreno 180m2, espaço p/garagem Bairro Diamantina, 02 dormit, sala, cozinha, banh soc, lavand.cob, garagem COB, Casas Bairro São Judas, 03 residências independentes. Casa Vila Operária, 02 quartos, sala e copa conjugados, cozinha, banheiro, lavand coberta, garagem 02 autos cob. Casa Bairro Santa Tereza, 02 qtos, sala, cozinha, banheiro interno e exter, garagem e lavanderia cobertos. Casa São José II, 02 qtos, sala, cozinha, banh.social, garagem 02 autos cobertos, lavanderia, área coberta nos fundos com cômodo e banheiro. Casa Bairro Santa Tereza, 04 qtos (01 suíte), sala, cozinha, banh.social, garagem e lavanderia coberta, edícula, terreno 250m2 Casa São Judas, 03 qtos (suíte), sala, cozinha, banh.social, garagem e lavanderia cob Casa Nova Bairro Santa Tereza, 03 qtos (suíte), sala, cozinha, banheiro soc, garagem e lavanderia cob, Casa no centro, 02 dormitórios (01 suíte), sala, cozinha, banheiro social, lavanderia, garagem 03 autos
---	---	---	--

**JOSÉ EDITIS DAVID**  
OAB/MG 32.921/MG  
**SEBASTIÃO GERALDO DE PÁDUA**  
OAB/MG 87.410/MG  
**FLÁVIA INÊZ DE SOUZA PÁDUA**  
OAB/MG 121.764/MG  
**CRISTINA PAES GONÇALVES**  
OAB/MG 159.996/MG  
**JÉSSICA DE SOUZA RODRIGUES**  
OAB/MG 222.559/MG

**ADVOGADOS**

RUA JOSÉ OSÍAS DE SILLOS, 561 - F. JARDIM MORADA DO SOL  
TELEFAX: (35) 3531-2013 / 99975-1958 / 99975-5530  
josedite@uol.com.br - sebastiopadua@adv.oabmg.org.br

**OPORTUNIDADES**

- PRECISANDO DE MOTORISTA PARA VIAGENS:** Ligue para o CRUVINEL, 99111-4263, mais de 20 anos de experiência dirigindo VAN.
- APLICA-SE MATA MATO:** Serviço de aplicação mecanizada para controle de vegetação. Fale com Mário - Cel. (35) 99941-3691.
- CUIDADOR E ACOMPANHANTE DE DOENTES NA SANTA CASA OU RESIDÊNCIA,** de dia ou à noite. Contato com WILSON: 9.9804-4765
- ACOMPANHANTE HOSPITALAR E CUIDADOR:** com experiência e referências, nos finais de semana, Regina Miranda, tratar pelo fone 99971-7096 zap.
- CUIDADORA DE IDOSOS:** Tem ótimas referências e experiência. Com mais de 10 anos neste importante trabalho Social e Humanitário. Cidinha fone 99917-4260 durante a noite ou dia.

**CRÍTICO GASTRONÔMICO**

prova esse prato abre tal vinho sente o buquê posta a mesa experiencia vive, sorri bom? bom saboreia feito rei trampa qual plebeu bom dia bom dia sorria boa tarde alegre corre corre, vive vai, cresce, come vive, dorme, some morre com deus

Poemas Classificados  
**BRUNO FÉLIX**

**acqua sport**  
ESCOLA DE NATAÇÃO E MUSCULAÇÃO  
NATAÇÃO PARA TODA AS IDADES.

**VENHA NADAR SEM FAZER ONDA.**

**HIDROGINÁSTICA PISCINAS AQUECIDAS E COBERTAS**

**3531-4336**

Rua João Rossi, 55 - Jd. São José - São Sebastião do Paraíso - MG  
ac.que.sport@hotmail.com

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMOGI - MG** ABERTURA DE LICITAÇÃO Proc. n° 49/26, Pregão Elet. n° 10/26, R. P. n° 07/26, abertura dia 31/03/26, 08h15m, para "Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva em eletrodomésticos e equipamentos eletrônicos em geral, bem como em ferramentas de trabalho, tais como roçadeiras, sopradores e motosserras, incluindo ainda serviços de manutenção, instalação e desinstalação de aparelhos de ar-condicionado, com fornecimento de mão de obra e, quando necessário, substituição de peças, para atender as necessidades de diversos departamentos da Prefeitura Municipal". O edital está à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Itamogi/MG à Rua Olímpia E. M. Barreto nº 392, Lago Azul das 09h às 16h e nos sites [www.itamogi.mg.gov.br](http://www.itamogi.mg.gov.br) e [www.ammlicita.org.br](http://www.ammlicita.org.br). Maiores informações telefone (35) 3534-3800 e-mail [licitacao@itamogi.mg.gov.br](mailto:licitacao@itamogi.mg.gov.br). Itamogi-MG, 13/03/26 - Rogério Antônio Campagnoli da Silva - Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMOGI - MG** através do Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais Autoriza Homologa e firma contrato referente ao **Proc. n° 226/25, Credenciamento n° 08/25**, cujo objeto é Credenciamento de Clínicas médicas e Médicos especialistas, para prestação de serviços de consultas/procedimentos especializados em Endocrinologista, Cardiologia, Nefrologia, Ortopedia, Pediatria, Oftalmologia, Pneumologia, Ecocardiograma e Inserção de Diu, com a empresa **RIBEIRO SONTAG ASSESSORIA MEDICA**, CNPJ: 25.144.212/0001-73, pelo valor global de R\$ 240.000,00. Torna público o **3º Termo Aditivo ao Contrato n° 79/23**, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Itamogi e ITAU UNIBANCO, CNPJ: 60.701.190/0001-04 (28/02/26); **3º Termo Aditivo ao Contrato n° 61/23**, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Itamogi e COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTOS REGIÕES DAS CULTURAS - SICREDI, CNPJ: 90.729.369/0001-22(28/02/26); **4º Termo Aditivo ao Contrato n° 30/22**, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Itamogi e a empresa FORT PRINT EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, CNPJ: 22.579.319/0001-23(06/03/26); o objeto dos termos aditivos é a prorrogação contratual, com base no art. 57, inciso II da lei n° 8.666/93. Itamogi-MG, 13/03/26 - Rogério Antônio Campagnoli da Silva - Prefeito Municipal

**ÓTICA IMPERATRIZ**  
A PERFEIÇÃO DA SUA VISÃO

PRAÇA COMENDADOR JOSÉ HONÓRIO, 38 - CENTRO  
SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG  
TELEFONE (35) 3531-7636  
WHATZAPP (35) 99102-4722

**VEÍCULOS**

- MOTO HONDA / PCX 160 cc DLX ABS 2023 Modelo 2024,** VENDE-SE, com 4300 km rodados Documento 2026 pago Valor: R\$ 21.000,00 Whatsapp: 35 98869 4450

**IMÓVEIS**

- 8.01 HECTARES DE TERRAS DE CULTURA:** vende, própria para café, lado direito confrontando com o Parque da Serrinha, lado esquerdo com Pedreira Cantieri. Tratar c/ proprietário - FONE 99242-3111
- CHÁCARA CONDOMÍNIO CAMPO ALEGRE:** Vendo, casa com 2 quarto, sala, cozinha, banheiro e cômodo. R\$ 440 mil. Tratar fone (31) 97177-6654.
- ALUGA-SE CÔMODO COMERCIAL:** excelente localização, onde funcionou o Sebrae e o banco Sicoob na Lagoinha. São 234m². Em frente ao anexo da prefeitura. Tratar 99970-3311.
- VENDO CHÁCARA NAS TRÊS FONTES:** frente para a rodovia MG 050 e Posto Iguatemi, - Fundos com o Rio Santana. Servida por possante fonte de água mineral, casa grande avarandada e árvores frutíferas. Contato com o proprietário Luiz Ferreira fone 99168-5161 e 99822-1997.

**DIVERSOS**

- IMPRESSORAS - COMPRA E VENDO:** usadas laser e jato de tinta. Tratar pelo fone 3558-5492. Fazemos manutenção preventiva e corretiva. Técnico especializado. ÓTIMOS PREÇOS.

**REJANE IMÓVEIS**  
Tornando seu sonho realidade!  
**(35) 3531-7988**  
Rua Pinto Ribeiro, 899 - Centro  
São Sebastião do Paraíso - MG  
[www.rejaneimoveis.com.br](http://www.rejaneimoveis.com.br)

**CASAS**

- Bairro: Vila Formosa**  
Código: 2521 - Valor R\$ 250.000  
Área Construída: 121,79 - Área Total: 300  
- 3 dormitórios - 1 sala - 1 copa - 1 cozinha - 1 banheiro - 1 lavanderia coberta - edícula no fundo - quintal amplo - garagem para 1 veículo coberto.
- Bairro: Nascente do Paraíso**  
Código: 1201 - Valor: R\$ 270.000,00  
62,74 - Área total: 200  
2 dormitórios - 1 sala com painel - 1 banheiro - 1 cozinha - Lavanderia coberta - Jardim - portão eletrônico - travas de segurança
- Bairro: Jardim Europa**  
Código: 2663 - Valor R\$ 330.000,00  
Área Construída: 99,97 - Área Total: 140,04  
3 dormitórios, sendo 1 suíte - 1 sala - 1 cozinha - 1 banheiro social - 1 área de serviço - corredor - garagem coberta para 02 veículos

**Bairro: CENTRO**  
Código: 2655 - 3 dormitórios sendo 1 suíte  
1 sala ampla - 1 banheiro social - 1 sala de jantar - 1 copa - 1 cozinha - 1 área de churrasco com churrasqueira - Terraço - Garagem para 2 veículos

**APARTAMENTO**

- Bairro: São José**  
Código: 1156 - Valor R\$ 265.000,00  
Apartamento térreo  
Área Total: 82  
2 dormitórios - 1 banheiro social - 1 sala - 1 Cozinha - Lavanderia coberta - Garagem para 1 veículo
- Bairro: Califória Gardeen**  
Código: 2683 - Valor R\$ 270.000,00  
Área Total: 59m  
Apartamento térreo  
2 dormitórios - 1 sala - 1 banheiro social - 1 cozinha/ lavanderia - garagem para 1 veículo - portão social interfone - portão eletrônico - blindex e piso porcelanato - não tem elevador



## F1 sobreviveu aos temores do novo regulamento

**Embora a F1 comemore 120 ultrapassagens, a maioria delas foi do tipo "gato e rato" por conta do regulamento de motores que tornou as ultrapassagens artificiais**



Leclerc e Russell trocaram 7 vezes de posição nas dez primeiras voltas, mas só por conta da falta, e recuperação, de energia das baterias

O Grande Prêmio da Austrália agradeceu. Foi uma boa corrida com início bastante movimentado e com várias trocas de liderança entre o pole position George Russell e Charles Leclerc que assumiu a ponta na largada saindo da 4ª posição. A vitória foi do britânico Russell, com Kimi Antonelli se recuperando de um começo ruim para terminar em 2º, garantindo a dobradinha da Mercedes que confirmou o favoritismo como se esperava desde os testes de pré-temporada.

A Mercedes assombrou na classificação de sábado quando Russell fez a pole position com 0s7 décimos de vantagem sobre o 3º colocado do grid, Isack Hadjar, da Red Bull. Mas na corrida, o desempenho da Ferrari surpreendeu até seus próprios pilotos e disputou a vitória enquanto esteve na frente. Não sabemos qual desfecho teria sido no final se a Ferrari tivesse parado ao menos um de seus pilotos, Leclerc ou Hamilton, na mesma volta em que a Mercedes aproveitou um Safety Car Virtual para trocar os pneus de seus dois pilotos. Charles Leclerc terminou em 3º e Lewis Hamilton que parece muito mais tranquilo do que no ano passado, terminou em 4º depois de largar da 7ª posição.

Um dos destaques da primeira corrida do ano foi o estreante Arvid Lindblad, de 18 anos, que andou durante todas as sessões de treinos livres, classificação e corrida entre os 10 primeiros e terminou em 8º, somando seus primeiros pontos logo na estreia com a Racing Bulls. Lindblad torna-se o 357º piloto a pontuar na F1 desde 1950, e o terceiro mais jovem da história a somar pontos. Gabriel Bortoletto também se destacou durante o final de semana ao largar em 10º e terminar a corrida em 9º, somando os primeiros pontos da estreante Audi.

O atual campeão, Lando Norris, que no sábado disse "deixamos de dirigir os melhores carros da história para dirigir os piores", terminou em 5º, uma posição à frente de Max Verstappen, que bateu na classificação do sábado e largou da 20ª posição.

Vários pilotos reclamaram do atual regulamento por conta do gerenciamento da energia elétrica que teve a potência triplicada para entregar 50% da potência juntamente com outros 50% do motor de combustão interna. Max Verstappen é um dos mais insatisfeitos com a nova forma de pilotar que o regulamento

agora exige. "Não estou me divertindo. Você pode tentar abrir a sua mente, mas quando observa pelas imagens da câmera onboard, vê a realidade". Ele se referia ao estilo de pilotagem em que os pilotos precisam tirar o pé do acelerador no final das retas, ou usar uma marcha menor para recarregar a bateria, sem contar quando o próprio software do motor entra em ação e mesmo que o piloto permaneça com o pé embaixo, a potência despenca no final da reta. Tudo isso torna a F1 de certa forma artificial, o que vai contra a sua essência.

### F1 FICOU MAIS PERIGOSA

Ainda há muito trabalho a ser feito nos carros e isso só se corrige com o tempo. Mas embora a F1 seja rápida em encontrar soluções e tenha comemorado o elevado número de ultrapassagens na corrida - 120 contra 45 no GP do ano passado, ainda que a maioria artificialmente -, é visível que a F1 está mais perigosa. Durante o final de semana, Sergio Perez da estreante Cadillac, Kimi Antonelli, Verstappen e Oscar Piastri sofreram acidentes estranhos que normalmente não aconteceriam nas condições normais de pista seca. Há um temor nas largadas em que os pilotos precisam alimentar o turbo antes de partir. Vários deles não carregaram a bateria com carga máxima durante a volta de apresentação e ficaram expostos. Por sorte ninguém ficou parado no grid, embora Liam Lawson tenha largado muito mal e causado grande susto em Franco Colapinto que por reflexo e muita sorte escapou de um grave acidente, o que fez George Russell levantar da cadeira com as mãos na cabeça quando viu as imagens depois da corrida.

Esse é um detalhe que precisa urgentemente ter o risco diminuído para que não haja um acidente de grandes proporções nas corridas. As primeiras voltas, com todo o pelotão cheio da potência disputando posições com o 'modo de reta' (asas traseiras e dianteiras abertas para ganhar mais velocidade, novidade do regulamento), também mostrou seu um ponto perigoso no início das corridas.

A F1 está na China neste final de semana para a 2ª etapa que tem a primeira de seis corridas sprint do ano. A sprint começa à meia noite de sexta para sábado; a classificação às 4h, e a corrida às 4h da manhã deste domingo.

## COLUNA: TADEU RIBEIRO

# Enormes buracos no Jd. São José continuam gerando reclamações

Sebastião Tadeu Ribeiro

Mais uma vez e inconformados, nesta semana recebi várias reclamações referente a dois enormes buracos na pavimentação asfáltica na Rua Mercedes Maria de Paula Venâncio, no Jardim São José.

Novamente retornei no local e constatei que nada foi feito pela Prefeitura para consertar esses estragos que já passam de seis meses.

Para quem não tem conhecimento, essas grandes erosões ficam bem ao lado onde estão sendo construídos dois edifícios residenciais no Jardim São José. Então, é conveniente que a Secretaria Municipal de Obras mande fazer os consertos o mais breve possível porque essas duas enormes erosões só estão aumentando cada vez mais e poderão atingir também o leito da Rua Mathias Mirhüb,



Sebastião Tadeu Ribeiro

Já passa de seis meses que esta enorme erosão está acontecendo na pavimentação asfáltica da Rua Mercedes Maria de Paula Venâncio, no Jardim São José

que faz entroncamento com a Rua Mercedes Maria de Paula Venâncio, onde estão enormes buracos.

# Preços do gás de cozinha em Paraíso, levantamento na sexta (13)

## PREÇO GÁS COZINHA, BOTIJÃO COM 13 KG.

EMPRESAS	FONE	ENDEREÇO	13/03/2026	
			PREÇO NO LOCAL	PREÇO DE ENTREGA
ALEMÃO GÁS	3531-7315	Av. Monsenhor Mancini - Vila D'Alva	95,00	100,00
DISK GÁS E ÁGUA	99165-3452	Av. Antônio R. Silveira - Vila Formosa	100,00	110,00
ULTRAGÁS	3531-5588	Av. Monsenhor Mancini - Vila D'Alva	95,00	105,00
JOÃO DO GÁS	3558-6087	Av. Oliveira Rezende - Vila Helena	100,00	110,00
LIGUE GÁS	3531-2638	Av. Zezé Amaral - Dr. Brandão	95,00	100,00
POSTO COOLAPA	3531-2862	Rua Noraldino Lima - Jardim Coolapa	100,00	-
POSTO IGUATEMI		Av. Ângelo Montovani - Santa Tereza	95,00	-
POSTO IGUATEMI	99986-2443	Av. Wenceslau Braz - Mocoquinha	95,00	-
POSTO PARAÍSO	99925-6762	BR 491 - Parque Belvedere	105,00	-
SUPERMERCADO ARAÚJO	3531-1304	Av. Brasil - Vila Helena	99,00	105,00
SUPERMERCADO CINCO ESTRELA	99739-0076	Av. Monsenhor Mancini - Vila D'Alva	94,99	-
SUPERMERCADO GP	3558-4600	Av. Zezé Amaral - São José	110,00	110,00
TAVARES SUPERMERCADO	3531-1092	Av. Wenceslau Braz - Mocoquinha	100,00	110,00
TONIN ATACADO*	3558-3375	Av. Wenceslau Braz - Vila Formosa	-	105,99
* AS QUARTAS-FEIRAS R\$ 95,00				
TONIN SUPERMERCADOS - Loja 1*	3531-1845	Rua Pimenta de Pádua - Centro	-	106,99
* AS QUARTAS-FEIRAS R\$ 95,99				
TONIN SUPERMERCADOS - Loja 2*	3531-1291	Av. Angelo Calafiori - Mocoquinha	-	105,99
* AS QUARTAS-FEIRAS R\$ 95,99				

Sebastião Tadeu Ribeiro

Sexta-feira, 13 de março, o Jornal do Sudoeste realizou levantamento de preços do gás de cozinha GLP botijão de 13 quilos, em diversos estabelecimentos comerciais em São Sebastião do Paraíso. Confor-

me constatado, o botijão de 13 quilos mais barato para o consumidor ir buscar no local de venda custa R\$ 95,00 e o mais caro R\$ 110,00. O mais barato para ser entregue em domicílio custa R\$ 100,00 e o mais caro R\$ 110,00. A diferença entre o mais barato para o mais caro para o

consumidor ir buscar no local da compra é de R\$ 15,00. E do mais barato para o mais caro para ser entregue R\$ 10,00.

Preços, endereços, telefones e os nomes dos estabelecimentos comerciais pesquisados, estão expostos na tabela de preços anexo.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA COOPERATIVA REGIONAL DOS TRANSPORTADORES RODOVIÁRIOS DE CARGAS DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO E REGIÃO - COOTROPAR

CNPJ n.º 04.672.645/0001-21

Convocam-se todos os cooperados devidamente matriculados na **Cooperativa dos Transportadores Rodoviários de Cargas de São Sebastião do Paraíso - COOTROPAR** para participar da **Assembleia Geral Ordinária**, a realizar-se em: **Data:** 27/03/2012 às 16:00 horas

**Local:** São Sebastião do Paraíso - MG

**Endereço:** Rodovia BR 491, Km 07, s/nº - Bairro Aeroporto.

Para tratar dos seguintes assuntos:

1. Eleição da Chapa de Diretoria da COOTROPAR, de acordo com o artigo 40 da Lei n.º 5.764 de 16 de Dezembro de 1971 c/c artigo 38 a 42 do Estatuto Social da ATROPAR.

2. Relatório de Gestão do Ano de 2025;

3. Prestação de Conta do Conselho de Administração do ano de 2025;

4. Balanço Anual de 2025;

5. Renovação do Conselho Fiscal (mínimo de 2/3 dos membros).

O número de associados devidamente matriculados até a presente data para efetivação da aprovação precisa ser em primeira chamada maioria absoluta, em segunda chamada maioria simples e em terceira chamada mínimo de 10 associados, com um intervalo entre chamadas de 1 hora.

S.S. Paraíso - MG 12 de março de 2026

**MÁRCIO PIMENTA**  
Diretor Presidente

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS TRANSPORTADORES RODOVIÁRIOS DE CARGAS DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO E REGIÃO - ATROPAR

CNPJ n.º 23.778.301/0001-46

Convocam-se todos os cooperados devidamente matriculados na **Associação dos Transportadores Rodoviários de Cargas de São Sebastião do Paraíso - ATROPAR** para participar da **Assembleia Geral Ordinária**, a realizar-se em: **Data:** 27/03/2012 às 16:00 horas

**Local:** São Sebastião do Paraíso - MG

**Endereço:** Rodovia BR 491, Km 07, s/nº - Bairro Aeroporto.

Para tratar dos seguintes assuntos:

1. Eleição da Chapa de Diretoria da ATROPAR, de acordo com o artigo 40 da Lei n.º 5.764 de 16 de Dezembro de 1971 c/c artigo 38 a 42 do Estatuto Social da ATROPAR.

2. Relatório de Gestão do Ano de 2025;

3. Prestação de Conta do Conselho de Administração do ano de 2025;

4. Balanço Anual de 2025;

5. Renovação do Conselho Fiscal (mínimo de 2/3 dos membros).

O número de associados devidamente matriculados até a presente data para efetivação da aprovação precisa ser em primeira chamada maioria absoluta, em segunda chamada maioria simples e em terceira chamada mínimo de 10 associados, com um intervalo entre chamadas de 1 hora.

S.S. Paraíso - MG 12 de março de 2026

**MÁRCIO PIMENTA**  
Diretor Presidente